

ACTA Nº6/2012
Aprovada 27/12/2012

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E SETE DE SETEMBRO
DE DOIS MIL E DOZE**

No dia vinte e sete de Setembro de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar e Cobrar em 2013;**
- Ponto 3 - Derrama do ano de 2011 a liquidar e cobrar em 2013;**
- Ponto 4 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2013;**
- Ponto 5 - Contratação de serviços de seguros - alteração;**
- Ponto 6 - Serviços de acesso à Internet, circuitos de comunicação entre edifícios municipais e serviços de comunicação e segurança;**
- Ponto 7 - Aquisição de serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC - repartição de encargos;**
- Ponto 8 - Compromissos plurianuais com aquisição de bens e serviços - tomar conhecimento;**
- Ponto 9 - Relatório semestral do Revisor Oficial de Contas;**
- Ponto 10 - Imóvel sito na rua Dias Ferreira, nº47 - isenção de IMI;**
- Ponto 11 - Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra - 1ª alteração;**
- Ponto 12 - Revisão ao Regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra;**
- Ponto 13 - Estatuto do Pessoal Dirigente na Administração Local - Lei nº49/2012, de 29 de agosto - Despesas de Representação;**
- Ponto 14 - Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas - alteração;**
- Ponto 15 - Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços Municipais - retificação;**
- Ponto 16 - Congresso Extraordinário da ANMP;**
- Ponto 17 - Lei nº.22/2012, regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Joana Margarida Alves Martins, Maria Helena Cavaleiro Moura Ramos e Maria Helena Santos Mendes.

Presidentes de Junta de Freguesia: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, André Gonçalo Dias Pereira, António José Costa Sequeira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, Juvenal Ribeiro de Sousa e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Manuel Veloso da Costa, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vítor.

Faltou justificadamente o deputado Fernando Jaime Alves Dias Martinho

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, José António Pinto Belo, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 2 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Maria Helena Santos Mendes**.

Deputado municipal **Fernando Luís Almeida Torres Marinho**, pelo período de 3 dias com início a 27 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Ana Paula Soares Pinto Bravo**

Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha**, pelo período de 4 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Horácio José da Paz Santiago**.

Deputado municipal **José Manuel Gonçalves da Silva**, pelo período de 2 dias com início a 25 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Juvenal Ribeiro de Sousa**.

Intervenção de Munícipes:

Liga contra o Cancro

“Gostaríamos de agradecer em nome da Liga da Defesa Contra o Cancro, a oportunidade de estarmos aqui hoje a fazer uma apresentação muito sumaria e pedir a colaboração para o nosso projecto.

A Liga Portuguesa contra o cancro é uma organização não governamental declarada de utilidade pública que visa para a educação para a saúde, o apoio ao doente oncológico em todas as fases da doença, e o apoio à investigação e informação de oncologia.

Nós, nos últimos anos, temos sentido uma maior procura da parte de doentes e famílias, com graves carências económicas, só para terem uma ideia, esgotamos a nossa verba do orçamento para 2011 só no primeiro semestre deste ano e estamos a falar numa verba de 70 mil euros.

Nós aproximamo-nos do nosso peditório nacional que se irá realizar nos dias de 1 a 4 de Novembro, e muito gostaríamos de poder apelar à solidariedade dos cidadãos.

Nós, aqui neste momento, e nesta reunião não pretendemos propriamente promover a angariação de fundos mas gostaríamos de obter a colaboração, porque precisamos de mais voluntários para dinamizar este peditório.

Felizmente temos conseguido a contribuição dos cidadãos mas, de facto, temos a dificuldade de encontrar pessoas que nos ajudem a realizar este peditório de rua.

Gostaríamos imenso de poder contar com a colaboração da comunidade de Coimbra e para tal estamos a fazer uma aproximação a esta comunidade, estamos a contactar todas as Juntas de Freguesia, para um maior conhecimento da nossa Instituição da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Este é o nosso apelo.”

Intervenção do deputado municipal Vasco Cunha (Por Coimbra):

O deputado Vasco Cunha, como munícipe congratulou-se pelo facto de ter sido colocado nas escadas do edifício da câmara o corrimão.

Obra de grande segurança dos cidadãos e há muitos anos que reclamava aquela benfeitoria.

Augusto Bastos Dias

Este munícipe veio reclamar a tarifa de disponibilidade de serviço de fornecimento de água na factura, que foi introduzida a partir de 1de Janeiro de 2007.

Questionou a sua legalidade e gostaria de saber os termos da sua aprovação.

Entretanto lembrou que nesse ano, o tarifário das “Águas de Coimbra” não têm a aprovação da Câmara Municipal! Disse ainda que saiu uma lei que proibiu o aluguer do contador, mas a empresa fornecedora de água nunca forneceu informação.

Não falando tudo diz aqui que “ neste sentido o regulamento elimina as tarifas de aluguer do contador e de utilização dos serviços de drenagem.”

Pergunto eu se houve uma lei que proibiu a lei do contador de todas as tarifas e taxas não tem uma correspondência de serviço, deve haver uma lei que criou esta da disponibilidade de serviço e era essa lei que eu pretendia saber.”

Intervenção do Presidente do Conselho de Administração das Águas de Coimbra, Dr. Marcelo Nuno:

“Nós tivemos já a ocasião, os nossos serviços de explicar ao Sr. Augusto Bastos Dias por várias vezes esta questão da tarifa de disponibilidade. Não obstante tivemos ainda a oportunidade em sessão de Câmara de explicar novamente as razões de ser da tarifa de disponibilidade. Nós enviamos um documento relativamente extenso ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que eu por economia de tempo não vou ler, mas que está disponível para ser entregue a todos os senhores deputados e que já foi entregue ao cidadão Augusto Bastos Dias, mas que diz que há um conjunto vastíssimo de legislação de recomendações, desde logo a lei quadro da água 2000/06 da

Europeia transposta para o ordenamento jurídico Nacional pela Lei da Água (Lei 58/2005 de 29 de Dezembro) e muitas outras diplomas legais e recomendações, que dizem essencialmente que, nós devemos fazer a recuperação integral de todos os custos e funcionamento de amortização de investimento através das tarifas. O que significa, em ordem a salvaguardar, a equidade da justiça de modo a que não

tenhamos todos que pagar o prejuízo dos prestadores de serviços como é o caso da nossa empresa.

Dizem depois que recomendações como estas, fazem várias aproximações às formas de cálculo aos métodos de cálculos de tarifas e depois dizem as recomendações do ERSAR, ponto 2.2 que se chama definições da recomendação de 2009, a primeira de recomendação de 2009 nas alíneas k) e l) diz o seguinte:

Define conceitos de tarifa fixa e tarifa variável:

“Tarifa fixa”, valor aplicado em função de cada intervalo temporal durante o qual o serviço se encontra disponibilizado ao utilizador final, visando remunerar a entidade gestora por custos fixos incorridos na construção, conservação e manutenção dos sistemas necessários à prestação do serviço.

“Tarifa variável”, valor ou conjunto de valores unitários em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando remunerar a entidade gestora pelo remanescente dos custos incorridos com a prestação do serviço.”

Enfim, há varias recomendações e vários texto a que isto se refere, mas eu queria desde logo, as próprias recomendações da International Water Association e do ERSAR do nosso regulador, mas quero apenas deixar como nota aquilo que diz no seu ponto 3.3 da estrutura tarifária a recomendação nº 02/2010.

Diz o seguinte:

a) Com efeito, não deve ser utilizada apenas uma tarifa fixa, pois não faz refletir no utilizador final o volume de água consumido, encoraja o desperdício e emite um sinal errado do ponto de vista ambiental.

b) Também não se recomenda que seja utilizada apenas uma tarifa variável, pois não repercute de forma equitativa os custos por todos os utilizadores finais domésticos, beneficiando utilizadores com mais de uma habitação em detrimento de utilizadores com habitação única.

c) Efetivamente, a inexistência de uma componente fixa nos tarifários iria penalizar sobretudo as populações mais desfavorecidas que, indiretamente, teriam que suportar os investimentos realizados para proporcionar água a proprietários de segundas residências, a turistas e a veraneantes, em suma, àqueles que exigem desfrutar do serviço, embora possam não o utilizar com regularidade. Em Portugal esta questão é especialmente relevante, na medida em que entre 25 e 30% das famílias dispõem de segunda habitação.”

d) Note-se ainda que, como é evidente, a supressão da componente fixa (equivalente em média a cerca de 25 a 30% das receitas tarifárias atualmente geradas pelas entidades gestoras) conduziria inevitavelmente ao aumento da parcela variável, para reequilibrar financeiramente a prestação dos serviços.”

Quero dizer também que os nossos tarifários foram não só aprovados, mas antes de serem aprovados pelos órgãos próprios foram sujeitos à apreciação do nosso regulador do ERSAR, sem que tivesse havido qualquer espécie de recomendação, qualquer espécie de obstáculo ou de problemas levantados ao tarifário.

Portanto, dizer que a tarifa fixa tem plano de cabimento é aplicada na generalidade no País, tem recomendações do regulador e que corresponde, no fundo, a um esforço de maior equidade e de justiça social.”

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Esta minha intervenção é para me dirigir ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia.

O senhor Presidente já teve a oportunidade de falar comigo, reconheceu um lapso, que naturalmente sobre isso irá falar.

Quero dizer antes de mais, que nutro por V. Exa. uma grande simpatia pessoal e bem assim também um enorme respeito e consideração pessoal.

Senhor Presidente, mas, isso não chega, para ilustrar e me tirar a capacidade de intervir e dizer o que me vai na alma, obviamente, em termos de funcionamento desta Assembleia e também em termos político.

Tenho ouvido por aí, as vezes com alguma graça, a falta de jeito que V. Exa., muitas vezes, revela para dirigir esta Assembleia. Nesse sentido, estamos nós, a nossa bancada e creio que as outras, compreender e até desculpar muitas coisas. Outras há, que vão para além dos limites que nos ultrapassam e não podemos de forma alguma deixar isso passar em claro.

É que, estou a referir à última deliberação que aqui foi tomada nesta Assembleia relativamente à suscitada incompetência de fiscalização abstracta da Lei da Reorganização e Extinção de Freguesias.

É uma matéria como sabe muito séria, particularmente muito cara aos senhores Presidentes de Junta que se vêm aqui perante dois conflitos de interesses.

Por um lado, o dever que têm de respeitar a vontade dos seus partilhantes, dos seus municípios que os elegeram para velar e prosseguir os interesses da sua própria freguesia. Por outro lado, outro interesse conflituante com este, uma lei que lhes vem pedir para extinguir a sua própria freguesia.

Foi isto que levou aqui a apresentar esse requerimento e para que, os serviços jurídicos da Câmara recebessem, encaminhado pelo senhor Presidente, esse requerimento e essa deliberação aqui aprovada por esta Assembleia para a dirigir, como diz o próprio requerimento, à entidade competente no caso para o Provedor Geral da República, para o Ministério Público ou para o Provedor de Justiça, eles ajuizavam da conveniência e a oportunidade de enviarem o requerimento para o Tribunal Constitucional.

Não foi assim! V. Exa. entendeu enviá-lo para o Tribunal Constitucional ao arrepio no que nele se escrevia e V. Exa. tinha a obrigação de saber bem disso, por duas ordens de razões que me irei referir.

Perante isto, tomei a iniciativa de escrever ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, naturalmente que se irá referir, fazendo-lhe saber da deliberação que aqui foi tomada e do seu teor, e da resposta do Tribunal Constitucional que lhe disse que não tinha competência para tanto.

O senhor Presidente foi mais longe e remeteu essa resposta para todos os deputados municipais, como com isso estivesse a deliberação cumprida. Esquecendo-se que na terra os senhores presidentes de junta, terão concerteza “à perna” os seus munícipes quando se virem confrontados com essa necessidade de terem que votar a extinção da sua própria freguesia, a menos que, aqui nesta Assembleia não queira exercer essa competência que lhe foi atribuída pela Lei nº 22.

V. Exa. sabia muito bem disso, para quem o requerimento deveria ser dirigido porque tive a oportunidade de lhe dizer aqui. V. Exa. teve três faltas graves, em gíria futebolística basta duas, para cartão amarelo, a terceira desculpe-me senhor Presidente, penso mesmo que merece o cartão vermelho directo. Porquê? Porque, quando acabei de apresentar à consideração desta Assembleia o requerimento em

causa, V. Exa. disse o logo aqui, em alto e bom som para toda a Assembleia, antes mesmo antes dele ser discutido apreciado e votado “eu não vou cumprir, não vou mandar isso para o Tribunal Constitucional” tive a ocasião de dizer ao senhor Presidente que esta Assembleia tem o direito de ter um Presidente e se a proposta viesse a ser aprovada naturalmente que o requerimento teria de ser encaminhado de acordo com a vontade expressa que fosse desta Assembleia. O requerimento, veio a ser aprovado, não sei se V. Exa. o votou ou não, mas de todo o modo, prevendo alguma dificuldade que poderia ter em remetê-lo para o Tribunal Constitucional, também se teve o cuidado no próprio requerimento se dizer, o Presidente ou a Mesa, já que V. Exa. está a presidir à Unidade Técnica e para não lhe criar qualquer constrangimento de qualquer ordem e por isso tive o cuidado de o poder poupar exactamente a isso.

Mas, diria eu, uma vez aprovado não fez como a Assembleia deliberou. Mandou, no meu entendimento “dar uma volta a bilhar grande” mandando-o para o Tribunal Constitucional, que obviamente o devolveu, com o despacho 2 meses depois, a dizer a quem competia essa competência.

V. Exa. de posse dessa informação do Tribunal Constitucional, aqui é a falta que considero grave ou gravíssima, não correu, não andou ao encontro da deliberação e à vontade dos deputados e não se pôs no mesmo barco os senhores presidentes de junta. O que é eu o senhor Presidente fez, foi perder mais tempo, foi enviar para conhecimento de todos os deputados municipais. Não senhor Presidente! Quando reconheceu em imediato a falta que incorreu deveria ter enviado o requerimento aprovado para os serviços jurídicos municipais pedindo para elaborar em conformidade do requerimento para o apresentarem ao Provedor de Justiça ou ao Procurador-Geral da República. Foi isso que foi deliberado e isso impunha-se que assim agisse em conformidade, bem que, eu lhe tenha escrito na parte final, tenha pedido ao senhor Presidente dizendo-lhe assim “*Deve V. Exa. agora informar igualmente por escrito, todos os deputados municipais de facto o que é imputável a V. Exa. não foi cumprida a deliberação da Assembleia Municipal, e daí aquele despacho do Tribunal Constitucional.*” É quem ficou mal na fotografia Senhor Presidente foi unicamente V. Exa. e ninguém aqui que votou aquele requerimento, toda a gente votou na convicção expressa e esclarecida, que esse requerimento era para ser enviado para os serviços Jurídicos da Câmara, por sua vez, o encaminharem para o Provedor de Justiça, para quem tinha competência. Mais se disse para que em imediato dar cumprimento à referida deliberação da Assembleia Municipal, solicitando aos serviços jurídicos da Câmara a expedição de petição à entidade competente e com legitimidade para tanto.

Penso que V. Exa. já hoje terá tido a oportunidade de enviar a uma dessas duas entidades o requerimento, e pedia a V. Exa. remetesse copia a todos os deputados municipais quer do requerimento que se dirigiu para essa entidade competente, porque, até pode ser entregue em mão própria, para ficar mais barato do que a carta que dirigiu a todos o deputados informando do despacho do senhor Presidente do Tribunal Constitucional.

Pois senhor Presidente quem assim procede em questão tão cara a esta Assembleia e também aos senhores presidentes de junta, perdoa-me que lhe diga a nossa confiança política ficou em V. Exa., enquanto Presidente, ficou pelas horas de amargura.

Como eu disse duas falhas de cartão amarelo, dá direito a um vermelho directo, penso que V. Exa. com a humildade política que se reconhece deveria pedir a sua demissão perante a situação que criou a esta Assembleia e aos Presidentes de Junta, pelo menos, aos do partido socialista que estão confrontados agora e sem tempo de poderem votar nesta Assembleia, porque sabem que com isto irão conflitar com a vontade expressa dos paroquianos que os elegeram.

Senhor Presidente na nossa ordem de trabalho de hoje tem como ultimo ponto, um assunto sobre a Reorganização de Extinção de Freguesias, essa matéria é de facto muito importante para ser tratada em último ponto à pressa, quando já todos estão esgotados. Este ponto é merecedor que sobre ele se faça uma Assembleia extraordinária cujo ponto único na ordem de trabalhos seja exactamente esse, para aqui discutirmos e apreciarmos esta questão.

Daí que o PS proponha que seja retirado esse ponto da ordem de trabalhos, e de ser objecto de uma Assembleia Extraordinária própria, exclusivamente convocada para esse efeito.”

Intervenção do Presidente da Assembleia:

“Devo dizer que, nesse dia, admito uma falha em termos de leitura. Mas, mesmo agora lendo fico um pouco admirado com o que estou a ler, porque na altura disse “bem claro e bom som” que sabia porque sou de direito como o senhor deputado, que nós não temos a legitimidade para entropor nada no Tribunal Constitucional. Além disso em termos de substancia não há inconstitucionalidade, quem tem realmente poder é a Assembleia da República, não a podemos substituir.

Para já dois pontos:

Primeiro, senhor deputado, fiz e continuarei a fazer sempre, dar conhecimento a todos os deputados do que quer que seja, que fique claro, em nenhum caso fica aqui no gabinete o que quer que seja, contactos exteriores será sempre dado conhecimento, ai rejeito liminarmente e pergunto aos deputados se querem que proceda ao contrario mesmo neste caso que houve um lapso meu, continuo a dizer enquanto aqui estiver direi conhecimento a todos os deputados de tudo não encobrirei nada!

Depois devo dizer, que, para cumprir isto era complicado, porque o que o senhor deputado tem aqui, é que, promover a Mesa através dos serviços municipais que são da Câmara, os senhores foram eleitos directamente, a Assembleia Municipal é um órgão, uma entidade independente da Câmara, que controla a Câmara o porque deve ser os serviços, porque é que no fim o senhor deputado diz, “*solicitando aos serviços jurídicos da Câmara a expedição de petição*” a Assembleia Municipal tem todo o direito e o dever de ter contactos exteriores, nós não estamos subordinados aos serviços da Câmara, podemos pedir parecer, mal fora se fomos eleitos pela população não possamos estabelecer contacto directo com qualquer entidade.

Poderão falar livremente, está tudo a tempo, quem pode por é o senhor Presidente da República, ou o Presidente da Assembleia da República, ou o Provedor de Justiça, não será pelos serviços da Câmara serei eu, a estabelecer o contacto com essa entidades, para saber ou não se querem invocar a incontestabilidade.

Quanto à questão da lei, fiquei muito desagradado, como podem imaginar com certos ecos lá fora, eu continuo e que fique bem claro “eu sou contra a lei, eu sou contra a extinção de qualquer freguesia”. O que eu disse aqui votei por unanimidade e com consciência. Eu sou contra, repito, a extinção de qualquer

freguesia, as freguesias representam 0,07% o Poder Local 17,4, vamos ver hoje aqui nas finanças da Câmara, não é aí que está o problema, portanto sou contra a lei, não concordo com ela, este é o ponto que para mim é prévio.

Não faço pelos serviços da Câmara faço-o por aqui, penso que os senhores se devem sentir mais representados pelos serviços da Assembleia do que por os serviços com muito respeito que tenho que é o máximo, naturalmente os serviços da Câmara, mas realmente não percebo esta situação aqui, porque não posso estabelecer contacto com o Senhor Provedor de Justiça? Com o Presidente da República? Estou proibido por lei de o fazer? Tenho todo o direito, sou eleito, o senhor também, não se diminua e mantemos o nosso prestígio somos responsáveis perante o povo.

Já pedi desculpa por não ter lido bem isto, já o fiz pessoalmente.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Era só para dizer Senhor Presidente o que acabou de dizer relativamente aos serviços jurídicos da Câmara é perfeitamente ... e só revela, a má vontade de V. Exa. há dois meses atrás de não remeter, era nessa altura que deveria ter dito, que os serviços da Assembleia Municipal estavam em condições de o fazer imediatamente como está no requerimento e não carecia de ir para os serviços jurídicos da Câmara. O que acabou de dizer agora, de boa fé, deveria tê-lo dito naquele dia que a Assembleia deliberou pedir a inconstitucionalidade nos termos requeridos ao Tribunal do Constitucional.”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

“Eu limito-me a ler o que o senhor deputado tem aqui escrito no requerimento.

“Solicitando aos serviços jurídicos da Câmara a expedição de petição à entidade competente”

Eu não admito que um Presidente da Assembleia Municipal para expedir algo solicite aos serviços da Câmara nem ao senhor Presidente da Câmara.

Então uma petição é expedida por nós ou pelos serviços da Câmara? Volto a dizer porque é que uma coisa da Assembleia Municipal é expedida pelos serviços da Câmara e não por mim ou por a Mesa! Porquê?”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Senhor Presidente a sua intervenção da resposta a uma questão perfeitamente pertinente colocada pelo Partido Socialista suscita-me a várias interrogações que gostaria que V. Exa. me esclarecesse.

V. Exa. teve a humidade de admitir publicamente o erro crasso que cometeu em relação aquilo que é a suscitação de um problema de inconstitucionalidade, que qualquer leigo saberá a suscitação de inconstitucionalidade dos órgãos competentes, todos sabem 99,9% das pessoas que aqui estão nesta sala sabem, nem que seja só pelos jornais. Portanto, o esclarecimento prestado ao deputado Ferreira da Silva pedindo desculpa está arrumado, mas, suscita-me aqui é um esclarecimento que pergunto é que quando esta Assembleia exigiu de V. Exa. que dota-se esta Assembleia, de apoio, de condições, para funcionar autonomamente perante a Câmara Municipal, porque é que V. Exa. ainda hoje não tomou qualquer medida nesse sentido. Porque é que os deputados não têm a possibilidade de ter assento e apoio e instalações nesta Assembleia, porque é esta Assembleia e os serviços desta

Assembleia se tem que socorrer sucessivamente dos serviços da Câmara Municipal, para mandar as convocatórias, para mandar os documentos, perante os documentos não tendo uma actuação autónoma como deveria ter. Senhor Presidente esclareça-me qual a qualidade de critérios que V. Exa., é só porque falhou, ou é porque V. Exa. está definitivamente comprometido com o funcionamento alternativo desta Assembleia Municipal como fiscalizadora do Executivo.

Serve só para um pedido de “lágrimas de crocodilo” ou é efectivamente para uma mudança de atitudes daqui para o futuro. Porque isto está decidido senhor Presidente o senhor ainda não tomou nenhuma iniciativa, só quando é apanhado em falso, então sim, arroga da autonomia e da capacidade desta Assembleia Municipal funcionar independentemente do Executivo. Certo, Senhor Presidente estou consigo, mas será que é só agora e é a partir deste momento que o senhor está comigo. Porque esta questão foi suscitada no início deste mandato e V. Exa. não tomou uma única medida neste sentido. É esta a questão que pretendo ver esclarecida! Sob pena de hoje para amanhã estarmos a ouvi-lo a pedir desculpa, e não quero desculpa da sua parte Senhor Presidente, não necessito delas, necessito das suas atitudes e da sua congruência, da sua capacidade de agir enquanto representante desta Assembleia Municipal, enquanto representante directo como Presidente de todas as vontades desta Assembleia Municipal é isto que pretendo esclarecido senhor Presidente!

V. Exa. troca por um debate político, que o reduz a mero deputado tirando-o do lugar que V. Exa. preside, enquanto Presidente está acima da mera querela partidária, pelo menos, na minha opinião deveria estar, e não tem estado senhor Presidente.

É exactamente nesta discussão em que você releva um pedido de esclarecimento em relação as suas atitudes que se resume a um mero deputado igual aos outros e ignora a sua função de Presidente. É isso que eu pergunto, esclareça-me.

Há ou não aqui uma mudança de atitudes em relação ao funcionamento desta Assembleia e à dotação desta Assembleia da capacidade de funcionar com a autonomia necessária em relação ao Executivo. Porque isso não tem assistido Senhor Presidente. É isso que é exigido de si, e é este esclarecimento que lhe quero fazer muito mais do que qualquer agora alteração de posição que deveria ter sido automática”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

“Tenho feito tudo o que posso para termos serviços próprios agora também não vou exagerar para termos outras coisas. Portanto, temos serviços próprios, apoio próprio, portanto isso tem sido conseguido, agora compreendo que haja limitações.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Só para dizer que eu disponibilizo-me tecnicamente para ainda hoje, prestar o apoio generoso e gratuito aos serviços de apoio da Assembleia Municipal, para que ainda hoje seja possível enviar para o Provedor de Justiça o requerimento hoje aqui aprovado, assim V. Exa. me solicite.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Sobre isto nós gostaríamos de dizer o seguinte:

No que diz respeito à forma como o senhor Presidente tem conduzido as Assembleias há ataques de carácter, naturalmente o Senhor Presidente defender-se-á, não precisa da minha ajuda nem da ajuda da bancada para se defender de ataques de carácter.

O seu passado e o seu presente respondem por si, pelo menos é o meu entendimento, e escuso-me eu também de fazer aqui um chamamento à sua forma de estar na vida.

Se, se tratou de um ataque político o senhor Presidente também está à vontade por dois motivos:

Em primeiro, porque muitas vezes também discordamos de si, o que quer dizer exactamente que não toma as posições que nós entendemos que deveriam ser as nossas, digamos assim.

Portanto, está à vontade e da nossa parte conta com o apoio para que o seu mandato naturalmente seja cumprido até ao fim com a dignidade que é exigida ao Presidente deste Órgão.

Nós estamos fundamentalmente de acordo com os argumentos que são utilizados e estamos de acordo também que se faça uma nova Assembleia para o ponto último da ordem de trabalhos. Julgo que, há uma proposta nossa, na Mesa, para que o último ponto da ordem de trabalhos não seja discutido hoje, e seja tratado numa Assembleia a marcar por V. Exa. numa próxima oportunidade.

Esperamos todos naturalmente este é um assunto delicado como V. Exa. aliás com sabe temos posições diferentes, cada um defenderás as suas posições de consciência e as suas posições políticas ou as suas posições partidárias, mas esperemos que este processo decorra com a serenidade que é naturalmente exigível a quem tem responsabilidade neste órgão e noutros órgãos autárquicos.”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

“Dou um esclarecimento, há uma solicitação do Partido Socialista para uma reunião extraordinária e outra dos deputados da Coligação para realização de uma continuidade desta reunião.

Porque é que eu mandei agendar?

Porque com toda a liberdade, não exclui a hipótese de hoje, quer dizer que não havia pronuncia ficaria desgostossíssimo porque sou a favor das freguesias, a minha freguesia deve continuar, a Sé Nova vai ficar de certeza.

Agora chorarei de amargura, porque sou muito a favor das freguesias, que haja menos freguesias segundo a Lei, portanto mandei agendar para abrir toda a hipótese para hoje acabar tudo e dizer se não há pronuncia acabou tudo, mas esta aberta a possibilidade obviamente de se marcada nova Assembleia.”

Intervenção do deputado municipal Filipe Carrito (Por Coimbra):

“Esse requerimento foi subscrito pela JSD, por elementos mas se concordarem alargamos a toda a bancada.

A nossa proposta não é a marcação de uma extraordinária mas sim o adiamento do ponto 17 para outro dia evitando assim custos para o Município com as senhas de presença.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Peço um esclarecimento à Mesa.

O senhor deputado Ferreira da Silva, há pouco invocou o requerimento a que se reportou também que tinha sido objecto de uma deliberação desta Assembleia Municipal.

Queria perguntar à Mesa se efectivamente este requerimento foi objecto de uma deliberação desta Assembleia, porque eu não me apercebi dessa situação o que me apercebi foi efectivamente é que a Mesa acabou por a receber o requerimento. Pedia que me esclarecessem.”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

Foi aprovado com 37 votos a favor, confirma o senhor deputado e os serviços.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“Traz-me doente o facto de poder estar iminente o acabar da minha freguesia.

Paroquia freguesia em 1122, Castelo Viegas foi sempre acarinhada pelos poderes, sendo das freguesias que mais património possui, a saber:

Mosteiro de S. Jorge, Hospital Sobral de Cid, Quinta do Carmo, ocupada por um pólo da formação do Instituto de Emprego e Formação profissional, Quinta da Curaria, ocupada e muito bem ocupada pela A.P.C.C., Quinta da Urgeiriça pólo de atracção ao turismo rural e outras quintas bem tratadas como sejam a Quinta do Paço, Fonte de Canas, S. Bernardo Albanês, Cavada e outras mais.

A sua Igreja matriz é considerada de monumento de interesse nacional.

No regime democrático esta freguesia veio a ter uma belíssima escola primária, da parte do Centro Social, um enorme edifício com creche, jardim-de-infância, ATL e apoio domiciliário a pessoas idosas.

Um edifício recente, onde está instalado a Junta de Freguesia e o Centro de Saúde.

Depois tem razoáveis várias redes, cobertura total de água e saneamento, boa rede de transportes colectivos. A somar a isto tudo possui um povo trabalhador, honesto, que se identifica na totalidade, com a sua Confraria das Couves de Castelo Viegas.

A sua horta comunitária, de onde se criam e saem centenas e centenas de couves, dadas às Instituições de solidariedade de todo o Concelho de Coimbra, razão porque a sua Confraria é a única a ofertar o produto que lhe dá o nome.

Para divulgação das couves, até hoje já passaram de mão 300.000 couves para plantação e como se usas dizer “a procissão ainda não saiu do adro”.

A necessidade que tenho de desabafar com V. Exas. prendesse com o facto de o mês de Outubro estar perto e ter sido este mês escolhido pelo Governo para que a Reforma Administrativa das Freguesias dê passo decisivo.

Com o aproximar desta data o stress apoderasse de nós e somos levados a perguntar. Mas que mal fizemos nós para isto nos acontecer? A desculpa não é pelos dinheiros gastos, não é por não querer-mos mais responsabilidades, não prometi aos fregueses a extinção da minha freguesia, não sou capaz e nego-me a ser o coveiro, então o que fazer na defesa das freguesias Portuguesas?

Tenho ido a todas as iniciativas promovidas pela ANAFRE Distrital e Nacional. Lamentavelmente já fomos mais, em Coimbra quando tudo isto começou tinha os seus 31 autarca de freguesia unidos, coesos dispostos a lutar, hoje muitos já nos deixaram de acompanhar e para esses vai uma frase: “Amigos, Colegas, Companheiros, e Camaradas, quem luta tem possibilidades grandes de ganhar, quem não Luta perde sempre”

Reconsideram, os nossos comportamentos EXTINTA tanto são a freguesia que se anexa como a que recebe esta, pois até o nome muda, quanto mais a sua identidade. Em Coimbra se acabarem 13 freguesias, não são 13 freguesias que acabaram mas no mínimo acabam 26 freguesias pois a sua anexação terá que se fazer no mínimo com 2 freguesias. Por isso vos peço, não sejam coveiros das nossas freguesias e não facilitem o trabalho ao Prof. Porto, sejam coerentes com o que se aprovou aqui.

A Assembleia Municipal de Coimbra não está disponível para realizar trabalho que contribua para uma só que seja extinção de freguesias no Concelho.

Fui no dia 15 Setembro a Matosinhos ao 2º Encontro Nacional das Freguesias, foi triste ver tão poucos Autarcas de Coimbra, saldou-se o facto de os autarcas de outros locais terem respondido à chamada.

Aprovaram-se 10 moções, todas com maioria de votos.

Todas elas apontavam para a revogação da Lei nº22/2012, e é por aí que temos que ir, revogar a lei que traga para casa o Prof. Manuel Porto.

O companheiro João Pardal, digníssimo representante da ANAFRE Distrital, fez uma intervenção brilhante, todas as suas palavras vieram do coração, foi bonito ver o nosso representante proferir a melhor intervenção do encontro.

Já vi o João Pardal muitas vezes vacilar muito ao longo dos tempos, algumas vezes com razão, mas depois das suas palavras, seria incoerência da sua parte resignar-se, o que eu não quero acreditar.

Baptizou-me o Simão de Comunista Católico, revejo-me como homem de fé, acredito que até ao fim, que este pesadelo, não passa disso mesmo.

Acredito que o constar no ponto nº 17 da Ordem de Trabalhos só pode ter um sentido dada a sua numeração para discussão. É o Senhor Prof. Porto no rebate de consciência anunciar hoje aqui que continua conforme foi seu voto, a defender tal como existem as freguesias Portuguesas.

Para bem do seu nome, outra alternativa não lhe nesta Sr. Prof. caso isto não venha a verificar a sua anterior reputação ficará para sempre manchada.

VIVAM AS FREGUESIAS DE PORTUGAL

Sobre o ponto que se estava a discutir de uma Assembleia Extraordinária a bancada da CDU está integralmente de acordo com uma reunião extraordinária para discutir tão importante e delicado ponto.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:

“O que vou dizer é rápido e sucinto.

Antes de mais uma palavra ao Prof. Manuel Porto, a mim quando me dizem para ir a uma reunião para ir extinguir freguesias, eu não vou! Se não estou de acordo que elas não vão abaixo, não estou de acordo que elas sejam unidas, não estou de acordo que elas sejam extintas, não vou discuti-las em lado nenhum. Só assim é que eu demonstro que não estou de acordo e que quero que a minha e as outras freguesias continuem. Nunca irei a reuniões muito menos pertencer a Comissões Técnicas para dizer quais é que saem e quais é que entram. Portanto, senhor Prof. Manuel Porto acho que, se é de coração que diz que não quer que nenhuma freguesia do País acabe, acho que a única resposta quando foi convidado seria essa. Não quero que acabem por tal não vou discutir sequer quais vão acabar.

Outro ponto queria chamar a atenção ao senhor Presidente da Câmara e mais uma vez de que, de Taveiro para baixo não sei se uma freguesia se quatro o que é certo

é que até Pereira, até à Ponte do Paço ainda é Coimbra e já por várias vezes foi prometido que iriam pelo menos iluminar os nós de saída Vila Pouca, Ameal, Arzila tudo continua na mesma, a partir das 20 horas pela via rápida chegamos a Taveiro e a seguir entramos no deserto. Penso que, antes que acabe este mandato devíamos pelo menos tentar iluminar aquela parte.

Queria ainda falar em nome dos meus fregueses, e não dos meus paroquianos, porque não sou padre. Mas dos meus fregueses e de fregueses de outra zona da margem direita do rio Mondego que todos os dias me chamam a atenção de que a rotunda do Almegue foi um cancro no concelho de Coimbra.

Tenho pena que não esteja aqui o Eng.º Paulo Leitão que penso que se tem dedicado a isto.

Não sou técnico mas sinceramente e por aquilo que vi nos 2 anos em que a Ponte esteve em obras. Acho que se reduzíssemos, acho na minha humilde observação se reduzíssemos a velocidade a que se anda dentro da rotunda, se calhar não haveria necessidade fazer entupir o trânsito que vem do lado de Lisboa, nem o trânsito que vem do lado do Baixo Mondego. Porque quando havia obras o trânsito circulava mais lento dentro da rotunda e conseguíamos passar todos, mesmos com obras.

Neste momento, o que penso é que, o pessoal que vem do Baixo Mondego para entrar na enorme rotunda, pois continuo a dizer que foi um cancro na cidade de Coimbra, não entra mesmo que venha a 50 metro mas vem a velocidade excessiva e não se consegue entrar senão levamos com eles em cima. As pessoas têm medo e assim vai-se acumulando o trânsito, agora já temos filas de 2 Km no inverno em dias de chuva vamos ter filas até à saída da auto-estrada.

Penso que alguém devia tecnicamente e com conhecimento ver esse pormenor.”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

“Não posso deixar de comentar o que os senhores dois Presidentes de Junta falaram sobre a minha atitude de ter aceitado. Estou a ficar envaidecido e lisonjeado, porque se entendo bem o que acabaram de dizer na maneira mais delicada possível e até agradeço. Sou tão importante se eu tivesse recusado o lugar tinham ficado as freguesias todas. Estou a ficar com complexo envaidecido, portanto eu aceitei e colaborei, não tendo aceitado naquele dia que pediram é sinal que a lei ia baixo e passavam as freguesias todas.

Fico envaidecido com esta circunstância, mas acho que não mereço tanto confesso.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego:

“A minha intervenção foca essencialmente os incêndios florestais que nos têm assolado todos os anos e naturalmente irão continuar por dois motivos:

A falta de limpeza das matas, que não vamos conseguir resolver de maneira nenhuma, não é de fácil resolução.

As mãos criminosas, esta seria de fácil resolução se a justiça actuasse com dureza como deveria actuar.

Não tenhamos dúvidas que os incêndios florestais começam a ser cíclicos no mesmo local que variam entre os 7 e os 10 anos.

Mais uma vez este ano, Coimbra viu-se a braços com incêndios de alguma envergadura em Cernache, Almalaguês, S. Paulo de Frades e Torres do Mondego. Este chegou a passar para o concelho de Miranda.

Relativamente a Torres do Mondego quero deixar aqui expresso a minha gratidão, as minhas felicitações, um voto de louvor para todas as Cooperações de Bombeiros envolvidas, Comando e Protecção Civil que tudo fizeram para degolar este incêndio no mais curto espaço de tempo possível, correndo riscos graves em locais de difícil acesso, por caminhos que eu conhecia onde cheguei a aconselhar mas em vão para não passarem.

O incêndio da freguesia de Torres do Mondego que teve início junto ao cemitério dos Palheiros, posso dar-vos valores oficiais da área ardida e prejuízos.

Assim a área total ardida soma 231,40 hectares, isto, concelho de Coimbra e Miranda. Sendo 68 hectares referentes a Coimbra. Prejuízo calculado total 397 mil euros. Com o reacendimento na zona de Braços, a somar mais 5 hectares, e mais 8mil e 700 euros.

Estes valores sobem brutaemente se analisarmos os restantes incêndios no concelho de Coimbra.

Apesar das juntas de freguesia estarem a fazer esforços, na limpeza de caminhos florestais, mas não chega.

Neste sentido, proponho-me fazer aqui um desafio ao Executivo da Câmara Municipal, ao senhor Presidente da Câmara Dr. Barbosa de Melo, face ao montante de prejuízos envolvidos todos os anos, a situação caótica desordenada da floresta, à falta de acessibilidades por um lado e à falta de limpeza de manutenção dos caminhos, por outro, que a Câmara adquirisse uma máquina bulbozer para as freguesias só destinada para a limpeza/manutenção e abertura de novos caminhos sob a orientação e segundo prioridades da Protecção Civil, ou em alternativa que seja inscrita todos os anos no Plano de Actividades e Orçamento uma verba para esse fim para equipamento a alugar ou a contratar.

Julgo que a Protecção Civil em colaboração com as freguesias neste âmbito, seria uma mais valia para o concelho.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS)

“Hoje assinala-se o dia Mundial do Turismo e como tal o Partido Socialista não poderia deixar de ter uma anotação sobre esta matéria, uma matéria que é determinante para o nosso País e consequentemente terminante para aquilo que é a realidade do nosso concelho.

Em primeiro lugar, soubesse hoje, através dos jornais locais que a Empresa Municipal de Turismo lançou no seu site da internet a possibilidade de se aceder através em mandarim.

Iniciativa, esta, que, o Partido Socialista não poderia deixar de saudar e de subscrever profundamente. Sabemos que é um mercado extremamente interessante para Coimbra e para o nosso País naturalmente e como tal é uma iniciativa que louvamos.

Isto para dizer que, o PS não critica apenas por criticar, não critica sucessivamente planos de actividades do Turismo Municipal por criticar, também sabemos reconhecer quando algo de bom é feito e como tal entendemos pertinente dizê-lo nesta mesma sede.

No entanto, como sabemos ao nível de Turismo nem tudo são “rosas”. Já tivemos a oportunidade de o manifestar em conferência de imprensa através de elementos do secretariado do Partido Socialista que o Executivo Municipal gere o Turismo e o Município ao sabor da legislação que vai saindo, não tendo nenhum projecto global desta mesma matéria nem para a Cidade, nem para o seu desenvolvimento turístico em particular.

É com pena que constatamos que 3 anos de desenvolvimento de Turismo da Cidade se perderam. Na verdade, o Partido Socialista nesta mesma Assembleia Municipal apresentou sucessivamente diversas propostas que caíram sempre em “saco roto”. Na verdade, vai acontecer agora, por imposição do Governo, através da Lei nº 50/2012, o encerramento obrigatório da Empresa Municipal de Turismo.

Por último, em relação a esta matéria, o Partido Socialista não pode também deixar de constatar e de naturalmente ficar surpreendido, com posições divergentes em termos dos resultados turísticos de Coimbra ao nível da Região de Turismo do Centro e da Empresa Municipal de Coimbra.

Ficará sempre a velha questão no fundo quem não sabe aquilo que diz.

Independentemente da resposta a esta questão, o Partido Socialista reitera, em sede de Assembleia Municipal, que Coimbra tem condições para liderar o Turismo do Centro.

Cada vez mais defendemos um olhar conjunto, entre Coimbra e o Centro e não a teimosia do orgulhosamente de nós.

Senhor Presidente, senhores deputados, posta esta primeira parte sobre o Turismo importa nesta mesma Assembleia, reiterar um assunto que para nós é de extrema importância. Falo-vos dos Conselhos Municipais de Juventude.

Falo-vos novamente dos Conselhos Municipais da Juventude nesta mesma Assembleia.

Há cerca de 3 anos questionamos o actual Executivo o porquê, de ainda não ter sido cumprida uma lei, à semelhança daquilo que outros Executivos têm vindo a fazer.

Inclusivamente tivemos a oportunidade de ir mais longe, apresentámos uma moção que foi aqui apresentada que dava 30 dias para a implementação dos Conselhos Municipais da Juventude. Hoje, passados cerca de 1000 dias, passados desta mesma data continuamos na mesma. Nada foi feito! Repito, nada foi feito! Minto, foi expressa uma vontade clara e inequívoca de não queremos dar espaço de participação aos jovens deste concelho.

Na verdade, no momento particularmente difícil para todos, o Executivo pretende que os jovens continuem sem rosto, que os jovens continuem sem voz, e que os jovens estejam no fundo de mãos atadas perante a incapacidade de participação.

Esta, é sem dúvida uma teimosia cega que terá as naturais consequências políticas para este Executivo e para a Coligação que o suporta.

Terminando referindo que já mais os jovens deste concelho, se irão calar.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS)

“Em primeiro lugar, gostava de fazer uma pergunta muito simples ao senhor Presidente da Assembleia.

Então, senhor Presidente já decidiu que a Sé Nova não vai ser extinta, pelo menos foi aquilo que acabou de dizer, e então o porquê? Se a Sé Nova fica porque não Almedina? É uma das freguesias mais velhas a nível nacional, é mais velha a nível

do distrito de Coimbra e que tem uma sede, diria a sede mais bonita de Coimbra, e diria talvez uma das sedes mais bonitas a nível nacional.

Respeito-o e entendo que muitas as vezes, aqui nesta Assembleia à uma falta de respeito para com o senhor Presidente, já o comentei e eu não admito falta de respeito, especialmente para com uma pessoa que tem um passado muito rico, um presente e isso não admito. Acho que é uma falta de respeito muitas as vezes, ao longo deste mandato tenho presenciado certas e determinadas situações aqui nesta Assembleia que realmente me deixam triste.

Mas, senhor Presidente o senhor disse aqui há poucos minutos que, a Sé Nova ia ficar, foi assim que compreendi.

Mas, já que estamos a falar em freguesias, queria perguntar também ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo se algo foi feito sobre a tal dita “piscina” na Av. Navarro, no princípio do ano falou-se que estava em vias de resolução, mas até hoje nada foi feito. Continuam os mosquitos, continua a erva, continua uma piscina verde, mas nada ainda foi feito sobre esse assunto.

Quanto à limpeza da Alta, Senhor Presidente até hoje melhorou bastante, desde já quero agradecer publicamente ao nosso camarada João Pardal, quando há problemas de limpeza, está sempre presente para resolver os problemas e nos ajudar. O meu muito obrigado ao João Pardal, se a Freguesia de Almedina está mais limpa muito lhe agradecemos também a ele.

Em relação à Segurança, continuamos na mesma ou pior! Pior porquê, porque cada vez temos mais gente na Alta. E porquê. Porque o bar da Associação Académica como todos sabemos fechou, então os estudantes deslocam-se muito mais para os bares da Sé Velha, começa às 2 horas da manhã prolonga-se até 5/6 horas da manhã a Sé Velha está cheia de pessoas, policiamento é zero, não existe policiamento!

As pessoas queixam-se, todos os dias a freguesia de Almedina recebe queixas através de emails, recebe telefonemas, das pessoas que não conseguem dormir nem descansar. Até hoje a Polícia Municipal nada tem feito! Apesar do Executivo da Junta ter tido uma reunião com o novo Comandante, disse-nos que ia fazer de tudo para melhorar o sistema, dou os meus parabéns pela escolha, tem sido uma pessoa afável, tem sido uma pessoa que tudo tem feito para melhorar a Polícia Municipal especialmente naquilo que nos diz respeito na freguesia de Almedina, só peço que tentem melhorar a segurança na Alta de Coimbra ou então que de hora a hora enviassem policiamento para as pessoas terem mais respeito e receio.

Em relação à Junta de Freguesia de Almedina, mais uma vez tem razão para continuar no futuro.

Como sabem, Almedina foi pioneira de passadeira pedotáveis, sei que a Câmara Municipal vai continuar este trabalho.

Também Almedina fez um protocolo com a Região de Turismo de Coimbra para a promoção da música na zona nobre da Cidade, no Quebra Costas, onde se promoveu o Fado, o Jazz, o Folclore. Correu muitíssimo bem e pensamos que no futuro iremos continuar.

Por isso, mais uma vez friso, senhor Presidente da Assembleia, Almedina tem mil e uma razão para continuar, no futuro, a ser Junta de Freguesia. Continuo a dizer que estamos muito à frente da freguesia da Sé Nova.”

Intervenção do Prof. Manuel Porto:

“Agradeço muito a gentileza ao nível como expos tudo, mas devo dizer que a lei é rígida, limito-me a tentar puxar pela lei, mas agradeço o bom humor como expos as coisas.”

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE)

No passado dia 28 de Agosto, o Diário da República trouxe-nos mais uma novidade sobre a estratégia governamental e da maioria parlamentar que o sustenta: o estado destruirá a sociedade e os cidadãos, acabando por se fazer explodir a si próprio. Restarão os agiotas. Só que, a prazo – sabemo-lo – estes não sobreviverão sozinhos. Essa é a sua tragédia.

Para quem achar esta linguagem exagerada, poderá verificar este programa escondido na lei n.º 43/2012, dita do Programa de Apoio à Economia Local, vulgarizada pelo acrónimo PAEL, aprovada pela maioria parlamentar na Assembleia da República. A história conta-se de forma simples: O estado central oferece às autarquias endividadas um plano de empréstimos para regularizar dívidas de curto prazo vencidas há mais de 90 dias, e cobra-lhes condicionamentos e juros dignos de uma qualquer ‘troika’.

Acontece que, em muitos casos, as dívidas desta natureza que muitas autarquias têm, normalmente a fornecedores, seriam devida e oportunamente regularizadas se o estado não tivesse retido verbas de muitos milhões de euros, retirando-as, de forma unilateral, das receitas ordinárias das câmaras municipais.

Para além disto, a referida lei obriga as Câmaras mais endividadas a fazerem recair sobre os seus munícipes os custos do pagamento das dívidas contraídas ao abrigo deste programa, fixando nos limites máximos as taxas de IMI, bem como aumentando outras taxas de serviços prestados aos cidadãos, designadamente água e saneamento.

Trata-se, como é evidente, da velha história do mais forte que ‘come’ o mais fraco, que, por sua vez, é estimulado a desforrar-se do que está ainda mais abaixo. No fim da cadeia, os cidadãos que vivem dos rendimentos do seu trabalho ou da sua reforma são impelidos a contribuir para alimentar esta espiral especulativa de juros cobrados às autarquias pelo estado, que, por sua vez, os vai pagar à troika. Esta, aparecendo com a face de benemérita, intermédia, de facto, a imposição de um serviço de dívida completamente insustentável, para beneficiar, no final, empórios bancários de identidade e localização normalmente desconhecidas. As suas operações são permitidas e patrocinadas pelas autoridades estatais e supraestatais europeias, cuja obrigação deveria ser proteger os cidadãos e as sociedades – como não se cansam de apregoar – em vez de serem cúmplices na extorsão e na agiotagem que nos conduzirá à ruína.

A lei do PAEL é a replicação junto das autarquias do memorandum imposto pelas instâncias internacionais da finança aos estados nacionais e representa a duplicação do saque feito aos cidadãos e suas famílias. Estes foram obrigados a retrair-se fortemente nos seus consumos básicos, após serem espoliados de parte significativa dos seus rendimentos com o pretexto de reduzir o deficit público. Porém, na realidade, como alguns previam e muitos agora já reconhecem, o deficit não diminuiu, a dívida aumentou substancialmente, a economia vai de recessão em recessão e o desemprego dispara. Pelo caminho, destruíram-se vidas, anularam-se expectativas legítimas, desprezou-se o trabalho, arruinaram-se empresas... mas pagaram-se os juros impostos pelos ditos mercados, que não são outra coisa senão

concertações de assaltantes, que tomaram como reféns os cidadãos e as sociedades, depois de assegurarem a cumplicidade dos poderes públicos. Estes estão a esvaziar-se progressivamente da sua qualidade democrática, porque respondem perante quem não os elegeu e são controlados por quem não tem cara nem se rege por qualquer ética ou projeto de desenvolvimento. Não querem ouvir falar de direitos. Preferem a linguagem dos privilégios. A diferença é que os primeiros são universais e estes últimos pertencem a uma casta precisa. Assistimos, assim, à reposição do ‘ancien régime’ para justificar uma pretensa libertação dos estados do endividamento, que, por este caminho, como o demonstram os resultados tornados públicos, só se agrava. Nem com a vaga de privatizações e a venda ao desbarato do património público a coisa dá sinais de melhoria. O ideário do ‘estado mínimo’ está mesmo em crise. Só não o vê quem não quer. Pagamos cada vez mais, para termos serviços públicos cada vez menos eficazes.

E a saga parece continuar: a cada falhanço da política económica segue-se uma nova extorsão dos cidadãos... até que as sociedades se desestruem de exaustão. É o modelo da antropofagia social que nos está a conduzir à destruição e a que é preciso urgentemente pôr termo.

Este governo já não pode invocar o desconhecimento anterior da situação. Ele é cúmplice da sua degradação e autor exclusivo do seu agravamento. Ao virar-se agora, com esta receita do PAEL, contra as autarquias complica a situação, acrescenta mais problemas, aprofunda a crise e empurra para diante a perspetiva da sua solução.

Merece, pois, no entendimento do Bloco de Esquerda, a reprovação e a rejeição de todos os autarcas, sem qualquer distinção política.

Transcrevo do parecer aprovado ontem pelo Conselho Económico e Social acerca da proposta governamental para as Grandes Opções do Plano para 2013: “O CES entende que o grande objetivo, o grande desígnio nacional e que também deve ser explicitado nas GOP, é o crescimento e o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida das populações, sendo necessário que se transmita a credibilidade das políticas e a confiança da sua eficácia aos portugueses, que são os principais destinatários destas políticas. É neste plano, também interno, que o resultado pretendido com o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro poderá ser sustentável a prazo.”

Felizmente o campo dos que pugnam por um futuro decente para os portugueses vai-se alargando: uma outra política é, pois, possível e necessária.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS)

“Antes de mais, dar só um apontamento.

É com algum esforço que estou aqui hoje, porque continuo a estudar, contrariamente a alguns exemplos do Governo, em que lhes vão levar os cursos a casa eu não tenho que lá ir. Por isso, agradecia que as sessões da Assembleia comessem a horas e houvesse compreensão por parte da Assembleia.

Três questões ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores Vereadores, obviamente:

A primeira sobre o Açude Ponte, mais concretamente em relação ao tabuleiro inferior.

Relembro que uma moção apresentada aqui pelo PS e com a aprovação se não estou em erro por unanimidade, à época tinha sido aprovada uma passagem para peões atendendo à grande perigosidade daquela zona e da convivência demasiado perto com os automóveis.

Na altura nessa moção, também estava expressa a possibilidade de aproveitar as obras da Ponte para fazerem as devidas alterações, neste momento, o trânsito na sequência que tem ocorrido com as obras do Açude Ponte, essas alterações ocorreram e está de facto uma zona passagem para peões.

A questão que coloco, é, se é para permanecer e serão futuramente salvaguardadas as condições de segurança para os peões? Coloco também a questão se é, possível ou não como já se falou colocar o trânsito intermitente naquela zona?

São as questões que deixo sublinhando obviamente em primeiro a questão da segurança dos peões.

A segunda questão, relativamente ao estacionamento à beira rio junto à Estação Nova.

Há uns tempos verificámos que esse estacionamento estava vedado com umas fitas de plástico. Neste momento, as fitas já não se encontram. A questão que coloco é, já existe condições de segurança no local? O que é que se passou entretanto para serem retiradas as ditas fitas de plástico?

A terceira questão, também foi prometido, e também uma moção apresentada pelo PS, que iria ser feito alguma coisa em relação à mobilidade em frente ao Hospital Pediátrico. A aberração quanto a saída do Hospital Pediátrico continua, nós solicitámos uma rotunda provisória para que as pessoas não tivessem que se deslocar 1 ou 2Km para voltarem ao sítio onde partiram. Penso que aquela aberração contínua pode ser facilmente resolvida e pergunto ao senhor Presidente da Câmara o que é que foi feito até agora.

Depois uma outra nota: Como é sabido todos vivemos tempos difíceis. E como vivemos tempos difíceis não posso deixar de dizer aqui uma citação:

“O PSD chumbou o PEC 4, porque tem que se dizer basta. A austeridade não pode incidir sempre no aumento dos impostos e no corte de rendimento. (Pedro Passos Coelho 2011)”. Obviamente que não podemos desculpar os nossos erros com os erros dos outros. E neste momento, senhores deputados este Governo já não se pode desculpar com o anterior Governo.

Estamos a falar também, porque está aqui em causa os cidadãos de Coimbra, e é por este motivo que trago aqui esta questão.

Os objectivos que o Governo elencou nenhum foi cumprido, até hoje. E com isso todos nós estamos a sofrer. Este é supostamente o Governo de maior direita extremo até hoje vista! Estou plenamente convicto que esta bancada que está aqui não se reconhece no actual governo, porque este Governo colocou a social-democracia na gaveta. Este Governo colocou uma sangria, uma sangria pôs ao povo, é um Governo que tira aos fracos para dar aos fortes, para dar à banca, para dar ao grande capital.

Sem dúvida, uma frase que não é minha entre a linha de austeridade/imoralidade foi largamente ultrapassada, mas existe uma outra linha, que é a linha entre a equidade e a moralidade, essa linha chama-se ramal da Lousã, e sobre isso queria deixar o seguinte:

Não sei se, se lembram os senhores deputados em Janeiro de 2011 em Lisboa o senhor Ministro e o senhor Secretário de Estado prometeram que os carris iriam ser colocados.

As pessoas que lá estiveram incluindo o senhor Presidente da Câmara supostamente se sentir-se-ão enganados, sentenciaram enganados por um Governo que prometeu e um Governo que não cumpriu.

Gostava de colocar essa questão ao senhor Presidente da Câmara, porque em primeiro lugar e supostamente também serão esses princípios que todos defendemos aqui, em primeiro lugar estão as pessoas, em primeiro lugar estão as populações afectadas, e actualmente tem uma mão cheia de nada!

Sabemos que existem 15 milhões disponíveis, mas não se fala em momento algum de colocar em primeiro lugar os carris, fala-se em colocar o estaleiro, alguma dessa verba servir também para algumas remodelações na Ponte Europa, alguns taludes, mas os carris que é a questão de fundo é esta a questão de dignidade das populações é isto que está em causa. As populações afectadas querem os carris, por uma questão de dignidade.

Queria que o senhor Presidente da Câmara respondesse se também se sentiu enganado e está ao lado de quem?

Termino com um citação do senhor Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira.

Ontem o senhor Ministro da Economia falou, que andamos a viver anos e anos de ilusão. Termino, dizendo que temos andado a viver meses e meses de profunda desilusão.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“Em primeiro lugar queria fazer um reparo e chamar a atenção do Executivo da Câmara especialmente ao senhor Presidente da Câmara para o seguinte:

Em contacto com trabalhadores da ERSUC, verifiquei que muitos trabalhadores da ERSUC se queixam que já estão a fazer-lhes cálculos retroactivamente de Leis que saíram posteriormente.

O Código de Trabalho saiu a 1 de Agosto, e há trabalhadores da ERSUC que já há muito tempo vêm recebendo nas horas extras cortes como se a lei já existisse.

Acho que isto é muito grave, em qualquer empresa não pública, ou seja, em qualquer empresa privada já é grave e deve haver uma inspecção de trabalho, para verem estas vigarices. Mas, numa empresa que tem comparticipação das Câmaras é muitíssimo grave.

Penso que esta Câmara deve ter o cuidado de averiguar como é que se está a pagar aos trabalhadores, porque, de facto, estão a cometer ilegalidades. Torno a repetir que os cálculos das horas extras são feitos antes de agosto como o Código de trabalho já tivesse saído. Quero chamar a atenção até porque a dignidade da própria Câmara Municipal.

Uma outra questão: Com a desculpa da crise e do acordo com a troika o governo do PSD/CDS com a conivência do PS tem seguido uma política que lesa os trabalhadores e o povo, e que só tem piorado a situação do país (a dívida pública passou de 93,3 % em 2010 para 113,1 % em 2012).

Em nome da austeridade a ofensiva contra os trabalhadores e o povo, é brutal!

Tira-se ao povo para transferir para os bolsos do grande capital. Os cortes nas despesas sociais agravam o desemprego e a precariedade. A degradação da Segurança Social, do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública é evidente.

Em nome da crise pedem-se sacrifícios aos que sempre se sacrificaram, os trabalhadores vêem diminuídos os seus direitos e os seus salários, mas aos ricos e poderosos nada é exigido. A política do governo é roubar aos pobres para dar aos ricos!

Mas estas medidas não são inevitáveis. Há alternativas. A CGTP apresentou medidas concretas, que eu passo de uma maneira simples a enumerar até porque os órgãos da Comunicação Social nem sempre dão a devida relevância às deliberações da CGTP.

- Criação de uma taxa sobre as transações financeiras, com uma taxa de 0,25% a incidir sobre todas as transações de valores mobiliários independentemente do local onde são efetuadas (permite arrecadar 2.038,9) milhões.

- Introdução da progressividade no IRC com a criação de um novo escalão de 33,33 % para as empresas com volume de negócios superior a 12,5 milhões (abrangendo menos de 1% das empresas e permitindo arrecadar 1.099 milhões);

- Sobretaxa média de 10% sobre dividendos distribuídos (incidindo sobre os grandes acionistas e permitindo arrecadar 1.655,7 milhões);

- Combate à fraude e evasão fiscal com a fixação de metas anuais para redução da economia não registada, com objetivos bem definidos e adoção de políticas concretas para a sua concretização (permite arrecadar 1.162 milhões).

O povo não aguenta mais e a luta que tem desenvolvido intensificou-se nos últimos tempos — principalmente após o anúncio público feito pelo 1º Ministro, Passos Coelho, de novas medidas contra a população.

A luta contínua dos trabalhadores com a CGTP e as grandes manifestações de 15 e 21 de Setembro mostraram a revolta da população (muitos até Votantes e apoiantes da coligação no governo). O governo foi obrigado a desistir do aumento da TSU aos trabalhadores e a diminuição para os patrões. Mas, quer continuar a impor medidas e impostos gravosos para os trabalhadores e o povo.

Por isso é tão importante continuar a lutar!

Assim, apela-se à participação na Manifestação convocada pela CGTP para 29 de Setembro em Lisboa.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“A minha intervenção vai sobretudo para o senhor Presidente da Câmara e para o vereador da Educação.

Os cidadãos de Coimbra e em particular a população de Chão do Bispo, teve conhecimento pelos jornais locais, apenas em finais de Agosto, de que a EB1 de Chão do Bispo estava encerrada... quem reside na área ficou surpreso... pela nossa parte, CDU, mais do que surpresos ficámos indignados, pois esta escola não era uma das 12 que estava sinalizada para um provável encerramento para o ano lectivo 2012/2013. Nos últimos anos não tem sido sinalizada como escola em risco de encerrar, foi intervencionada há uns anos e com o serviço de refeições e tempos livres passou de 1 turma a 2 turmas...ou seja, nada faria supor que tal viesse a acontecer. Digamos que o encerramento da EB1 de Chão do Bispo foi uma morte não anunciada.

A CDU questionou o Sr. Vereador da Educação, Dr. José Belo, sobre as razões que levaram a este encerramento, não previsto, e anunciado em período posterior à decisão final e divulgada, a seu tempo, das escolas a encerrar no concelho de Coimbra. A resposta que nos foi enviada pelo Sr. Vereador dizia, e cito “...o encerramento da EB1 de Chão do Bispo foi articulado entre os Agrupamentos de Escolas Alice Gouveia e Eugénio de Castro e a Direcção Regional de Educação do Centro”. Perante esta resposta, insólita e não esclarecedora, a CDU pediu esclarecimentos à DREC e cada um dos Agrupamentos que, até à data não responderam.

Perante estes factos a CDU lamenta que a Câmara Municipal de Coimbra, o Senhor Vereador da Educação, perante uma situação destas se limite a uma resposta como a que acabei de citar e que comprova, mais uma vez, que, à semelhança do que recentemente aconteceu com a imposição pela DREC da constituição de 3 Mega-Agrupamentos, desrespeitando pareceres e vontades expressas da comunidade educativa, do conselho municipal de educação e desta Assembleia Municipal, dizia que mais uma vez se comprova que esta autarquia aceita e cala perante decisões unilaterais da DREC. Nunca uma decisão desta natureza poderia ser tomada sem conhecimento e parecer desta autarquia. Com base na resposta já aqui referida deduz-se que da mesma forma que a Câmara de Coimbra aceitou passivamente a constituição dos 3 Mega-Agrupamentos referidos, aceitou também o encerramento desta escola. Por outro lado questiona-se também o trabalho que é feito pelo departamento de educação e seus responsáveis no acompanhamento da rede escolar do concelho - tinha ou não este departamento conhecimento do número de alunos da EB1 de Chão do Bispo? Quando a DREC anualmente envia os dados com o número de alunos por turma ou escola, quando reorganiza a rede escolar e determina os encerramentos de escolas, que garantias temos quanto ao acompanhamento e monitorização é feita pela Câmara de Coimbra no que se refere à rede escolar? É que esta situação vem pôr a nu muitas fragilidades no que respeita à salvaguarda dos interesses da comunidade educativa por parte da Câmara de Coimbra.

Sobre o que acabei de expor, a CDU pretende que o Sr. Vereador da Educação esclareça esta Assembleia.

Outra questão que queríamos colocar e ver esclarecida, prende-se com a componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública. A CDU tem conhecimento de que nas reuniões de pais de início de ano lectivo, o representante do Departamento de Educação presente nessas reuniões, tem informado os pais de que, a partir deste ano lectivo, passará a ser participado pelas famílias, leia-se pago, o período correspondente ao prolongamento de horário. Até agora apenas a refeição era participada pelos pais.

A CDU relembra de novo para a concretização da componente de apoio à família — refeição e prolongamento de horário — as câmaras recebem do estado uma verba mensal cujos valores são por aluno — 62.91 euros para as duas componente

- 30.99 € para prolongamento de horário

- 31.99 € para refeições

A CDU já por diversas vezes tem apresentado nesta Assembleia questões relacionadas quer com a resposta social quer com as actividades extra curriculares no que respeita à relação custo e verbas atribuídas, na desresponsabilização do Estado e na transferência de competências para as autarquias de diversas responsabilidades sem que o financiamento para a execução das mesmas

corresponda aos seus custos. Temos denunciado por diversas vezes os sucessivos cortes das verbas do OE...ano após ano....Quando o desemprego se acentua também no concelho de Coimbra, quando as famílias vêm os seus rendimentos cada vez mais limitados e o custo de vida a aumentar de forma insustentável é este o momento que a Câmara de Coimbra entende começar a cobrar às famílias o custo pelo período do prolongamento de horário nos jardins-de-infância? É deste modo que esta autarquia entende a resposta social às famílias numa fase de austeridade cada vez mais acentuada? Em vez de exigirem às famílias não deveria a Câmara de Coimbra exigir ao Governo que não actualiza as verbas para a componente de apoio à família desde 2009? Não era aí que se devia fazer a exigência?

Assim se vê que opções políticas se tomam para com a população do concelho de Coimbra. Ao Estado não se exige. Às famílias sim. A CDU lamenta que seja esta a opção da CM de Coimbra.

Já agora deve começar a limitar o tempo desde o início é assim que o regulamento diz.

Um cidadão de Coimbra veio expressamente a esta Assembleia entregar uma reclamação sobre os serviços de transportes municipais de Coimbra, tem a ver com o seguinte, com o período de aquisição dos passes, quer do passe normal, quer do passe bimodal, isto tem a ver com período do final do mês, no período que há maior afluência aos postos de venda, em que o número de funcionários ao serviço para atendimento é o mesmo, em que se resista um aumento de público na hora de almoço pela disponibilidade dos trabalhadores.

Em que instituições como pelo visto o Tribunal manda funcionários a essa hora para adquirirem não sei quantos passes. Portanto, as pessoas estão na sua hora de almoço e esperam imenso tempo para serem atendidas, há pessoas que vão comprar por exemplo 10 ou mais passes. Por isso, esta é uma das reclamações que é sobre os serviços municipalizados não coordenarem, por um lado, a venda de um número de passes por pessoa e, por outro lado, não reforçarem este serviço com mais funcionários atendendo ao período de maior afluência no fim do mês.

Deixo cópia à Mesa da Assembleia da reclamação do munícipe.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS)

“Queria deixar aqui uma sugestão:

Visitei aqui há dias o Campo de Arregaça e constatei que, em boa hora, o relvado sintético vai ser uma realidade naquela instituição desportiva.

Está de parabéns a União de Coimbra, assim como está com esta instalação pode expandir a sua formação e está de parabéns a nossa Câmara Municipal porque vai revitalizar um espaço degradado que é um espaço municipal e que, é um espaço que poderá ficar bonito naquela zona. Os meus parabéns à Câmara e ao União por terem umas instalações mais condignas.

Queria fazer uma pequena sugestão ao senhor Presidente.

A bancada do Campo da Arregaça, assim como o muro que a suporta está em ruína, vão fazer ali um campo sintético, bonito, o que é que pode vir acontecer, um caso complicado, é a falta de segurança naquela zona. Porque as pessoas não podem ir para aquela bancada. Então a minha sugestão Senhor Presidente era a seguinte:

Mande demolir aquela bancada, que ali não está a fazer nada, e mande reforçar efectivamente o muro de suporte para aquela zona das construções do lado da

Arregaça e ao mesmo tempo faça uma pequena bancada de 2 ou 3 degraus em frente à existente do lado da rua da Arregaça. Acho que ficarão satisfeitos alguns pressupostos que não ficarão com a construção simplesmente só com aquele relvado sintético, que é, em primeiro lugar a segurança das pessoas que é muito importante e fundamental para uma instalação que vai ter pessoas.

Depois um pormenor que não é muito importante mas poderá ser daqui a alguns anos que é as medidas legais do relvado que deverá ter 100 por 65m , e com aquelas condições ficará apto para se realizarem qualquer tipo de jogos. Como está previsto ficará com 100 por 58,5m o que poderá impedir a realização de jogos na categoria de seniores.

Se estas obras acontecerem depois do relvado instalado haverá efectivamente alguns prejuízos. Poderá acontecer que, refazer as bancadas que se estrague um pouco o relvado e portanto vai ficar mais caro. É a mesma sugestão porque conhecendo algumas instituições desportivas no coração das cidades, instalações pequenas mas bem enquadrada. A Arregaça e o Desporto de Coimbra ficaram melhores servidos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vil de Matos:

“Logo que foi tornado público, há alguns anos atrás, a escolha da Freguesia de Vil de Matos para a instalação da unidade de tratamento de resíduos da Ersuc que uma onda de contestação se gerou. E essa contestação teve por causa, não o projecto em si, mas a localização, que desde a primeira hora, se nos afigurou ser fruto de um processo condicionado quase orientado, no sentido de ser Vil de Matos a receber tal duvidosa honraria. Desde a primeira hora, nunca foi posto em causa o projecto, a tecnologia a ele associado, a competência dos técnicos que estiverem na sua génese. Afinal, os créditos de tal projecto, a bondade da sua metodologia, a excelência da sua inovação, foram defendidos por entidades isentas e credenciadas como a Quercus e a Câmara Municipal de Coimbra, cujo Presidente á altura, aqui nesta mesma sala, fez a apologia e defesa apaixonada deste projecto. Não. Foi apenas a sua localização, tão perto de uma povoação, que gerou essa revolta. E isso porque tínhamos bem presente que se algo corresse mal, quanto mais perto estiver o elemento humano, maior o risco a correr, mais grave a consequência a sofrer. Neste momento, continuamos a acreditar na fiabilidade que nos foi transmitida ao longo destes anos. No entanto, acontecimentos bem recentes obrigam-nos a levantar algumas questões:

- 1º - Estará a obra a ser edificada de acordo com o projecto?
- 2º - Será que a utilização actualmente dada às instalações e aos equipamentos respeita o fim para que foram concebidos?
- 3º - E, mais importante que tudo, será que o nível de execução do projecto, os equipamentos instalados, testados e operacionais, garantem que o processo de tratamento de resíduos se desenrole de acordo com o projectado, ou será que estamos a assistir á velha prática bem portuguesa de fazer parte da casa e o resto ficar entregue ao típico desenrascanço lusitano?

Isto porque a seguir a uma ideia difundida de grande qualidade e garantia de processos, logo que a obra começou a laborar, sucederam-se dois casos á partida tidos por impossíveis: uma descarga de líquidos negros e pestilentos para a ribeira vizinha e um incêndio de matéria altamente inflamável, sem causa aparente, mas num local á partida segundo julgo destinado a inertes.

Pergunto eu: quantos mais casos estarão para acontecer? Quantos mais impossíveis se tornarão realidades?

Nós não queremos os fantasmas dos cheiros pestilentos, das águas inquinadas, do meio ambiente degradado; e se não queremos esses fantasmas, muito menos queremos que eles tomem forma e façam parte do nosso quotidiano. Infelizmente, os últimos dias deram fundamento aos nossos piores receios. É aqui que esta Câmara deve ter um papel preponderante, ser activa e não reactiva. Sendo accionista da entidade Ersuc, sendo a gestora do concelho onde a unidade está instalada, deve ter uma voz activa e forte, na imposição da obrigatoriedade do respeito às regras, às obrigações decorrentes e subjacentes ao processo que culminou com a execução desta obra, e também na defesa de quem mais poderá vir a sofrer com o seu mau funcionamento, naturalmente, as populações locais.

Uma última palavra para uma Comissão de Acompanhamento aprova a por este Executivo em Junho de 2011, e até este momento, apenas virtual. Pergunto: se ela não funcionou até este momento, em face dos acontecimentos atrás relatados, será que alguma vez vai funcionar? Até agora apenas foi recebido um ofício proveniente do Sr. Vereador Providência indagando o acontecido á nossa ribeira. Respondemos. Não sei para que serviu, desconhecemos se teve continuidade não sabemos sequer se foi lida. Recentemente tive a oportunidade de viva voz, trazer junto do Sr. Presidente da Câmara trazer um conjunto de situações que nos preocupam, algumas delas já aqui referidas. Solicitei na altura que essa dita Comissão se alguma vez funcionar, inclua também representantes das freguesias vizinhas, porque se é de acompanhamento que se fala, todas as razões existem para ter uma maior componente local.

Aguardo Senhor Presidente, que estas angustias e estes receios não sejam ignorados por V. Exa., afinal tanto o senhor como eu estamos aqui para fazer a nossa primeira pronominal obrigação é representar e defender a nossa comunidade.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Venho aqui levantar duas ou três questões que me parecem importantes:

Comungar inteiramente da intervenção do meu camarada Ferreira da Silva, face ao que aconteceu que é lamentável.

Dizer que de facto tenho que louvar aqui publicamente a intervenção do meu colega autarca, Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, Coordenador distrital da ANAFRE pela coragem que teve na última reunião em Matosinhos de apresentar em consciência o que é, ser autarca português. Penso que o João Pardal faria melhor papel na defesa das freguesias do que o próprio Presidente Armando Vieira da ANAFRE. Penso que o João Pardal está a ser coerente não faz zig-zag, por isso espero que politicamente isto não lhe traga alguns dissabores.

Agradecer também à Senhora Vice Presidente, Dra. Maria José Azevedo, pela colaboração magnífica que os seus colaboradores tiveram na Organização da Feira de Sabores Tradicionais e Artesanato na Freguesia de S. Bartolomeu. Dizer-lhe, Sra. Professora, que com uma equipa daquelas vale a pena, ao contrário de outras.

Nós e eu enquanto Presidente de Junta de Freguesia de S. Bartolomeu estamos sinceramente agradecidos e vamos fazer esse reconhecimento, para além deste, por escrito para ser transmitido aos seus colaboradores, a dignidade, a disponibilidade com que os mesmos tiveram durante os três dias que colaboraram connosco.

Sr. Presidente da Câmara, o mesmo não posso dizer em relação a uma situação caricata, a qual ando a enviar papel sobre papel e não tem andamento. É o facto de junto ao Banco de Portugal haver 2 placas de trânsito proibido, depois tem uma mais abaixo, na rua da sota, a dizer estacionamento proibido e a seguir tem uma máquina de cobrar bilhetes de estacionamento dos SMTUC.

Pergunto em qual ficamos?

Se há trânsito proibido tirasse a placa, se há estacionamento proibido não pode haver uma máquina a cobrar bilhetes de estacionamento.

Andamos há meses a levantar esta questão, mas parece-me que alguns serviços da Câmara ao contrário dos serviços da Cultura funcionam pior que o Metro Ligeiro de Superfície, não existem, não funcionam. Lamento ter que dizer isto, mas os ofícios são mais do que muitos.

A mesma questão se prende com os famigerados tapumes da Rua Corpo de Deus. Não percebo sinceramente, porque se fosse limpeza eu mandava limpar, mas agora repor os tapumes numa vedação que está há anos, obsoleta que tem entrada de pessoas indesejáveis, que fazem ali consumo de coisas que nós não gostamos que haja para os nossos filhos porque qualquer recanto serve para isso. Acabaram com aquele beco junto à Cooperativa e agora refugiam-se para a Rua Corpo de Deus. Mora gente naquela rua senhor Presidente de Câmara, ajude as pessoas a terem segurança, não brinquem com as pessoas, com o perigo que se está a instalar naquela artéria da cidade.

Os ofícios foram enviados alertando a situação. O senhor vereador fez o favor de responder, mas da resposta do senhor vereador até hoje foi zero. Os departamentos são feitos com pessoas para trabalhar para funcionar. Isto não é uma questão política, é uma questão de atenção, de responsabilidade e de no mínimo criar segurança aos munícipes que ainda habitam na Baixa de Coimbra.

Por outro lado, louvar também a atitude da Câmara Municipal de Coimbra, pela colocação dos corrimões nas escadas do edifício da Câmara.

Senhor Arquitecto Vasco Cunha espero que esteja restabelecido. Houve quem caísse e morresse. Ainda há poucos meses uma funcionária caiu e esteve longos meses em casa por ter também caído nas escadas.

Em meu nome pessoal muito obrigado senhor Presidente da Câmara agora só cai quem for distraído.

Termino a minha intervenção manifestando estas duas preocupações:

A questão dos sinais de trânsito, a questão do tapume, não é para vir aqui para ser ouvido é de facto exigir no mínimo que haja responsabilidade que mande executar trabalhar não é difícil e saber mandar.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Eu, de uma maneira geral, tenho feito algum esforço, com todo o gosto, para tentar ouvir com atenção as intervenções dos senhores deputados. Confesso que quando há pouco, pretendi um esclarecimento do senhor Presidente da Mesa, o fiz, não com a intenção de pretender dizer que não houve deliberação ao requerimento do senhor deputado Ferreira da Silva mas, mais com a intenção de esclarecer. Porque tenho a ideia, só de memória que ouvi o senhor Presidente da Assembleia dizer: “eu recebo o requerimento”, e foi mais nesse sentido.

De qualquer das formas em relação ainda nesse aspecto, gostava de contribuir aqui um pouco para o esclarecimento de alguns aspectos relacionados com aquilo que, a

curto prazo esta Assembleia, por ventura, irá ou não discutir acerca da Reforma da Administração do Território.

Eu quando tive conhecimento e quando apareceu na minha bancada o requerimento que foi apresentado e que o senhor deputado Ferreira da Silva, há pouco referiu, confesso que olhei para ele e fiquei dividido.

Em primeiro lugar, houveram 17 deputados que o subscreveram. Em relação ao teor do mesmo fiquei dividido porque é obvio que em relação à Reforma que se pretende implementar naturalmente que, existem bastantes dúvidas da forma como o mesmo foi implementado.

De qualquer das maneiras queria-vos dizer que acerca de 2 anos, foi assinado um documento, pelo governo de então, em que, em relação à Administração Pública, diz o seguinte:

“O Governo adoptará as seguintes medidas para aumentar a eficiência e a relação custo eficácia da Administração Pública. Reorganizar a Administração do Governo Local porque existem actualmente cerca de 308 municípios e 4259 freguesias e em Junho de 2012 o Governo vai desenvolver um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de tais entidades.

O Governo vai implementar esse plano com base em acordo com a Comissão Europeia e o Fundo Comunitário Internacional”.

Com certeza estão, todos lembrados quem é que assinou, página 20, do designado memorando da Troika. Eu digo com toda a franqueza que, o facto de terem assinado isto, não significa de maneira nenhuma que não houvesse um verdadeiro constrangimento no sentido do Governo de então e o actual, ter optado por este tipo de políticas a questão que neste momento se coloca, é se havia margem de manobra para haver uma alternativa.

Em relação ao diploma, quero dizer com toda a franqueza que independentemente da minha posição sobre este tipo de reforma em relação à qual, com o devido respeito, pelas pessoas que tiveram de fazer, quase por coação, e não tiveram alternativa, evidentemente que, não me suscita grande entusiasmo. Estou de acordo com a maioria das intervenções que já aqui foram feitas nesta Assembleia e continuo a subscrever aquilo que, numa outra Assembleia atrás aqui foi referido em relação ao Poder Local. Os senhores Presidentes de Junta e o Poder Local foram aqueles que contribuíram para um equilíbrio sustentado do nosso País, porque caso contrário a sociedade portuguesa, por ventura, já tinha colapsado. Sobre este ponto de vista estamos entendidos e não há divergências. O problema que aqui se coloca é que, em função daquilo que eu oiço é saber se efectivamente a decisão que consta da lei n.º 22/2012, já é uma decisão que, de alguma forma, decidiu eliminar, ou fazer com que várias freguesias fossem agregadas. É que foi isso mesmo que aconteceu!

A Assembleia da República, que é o único órgão com competência para decidir sobre esta matéria porque tem a competência é absoluta e exclusiva. A Assembleia da República na delegou, ao contrario daquilo que por ventura nos ouvimos aqui dizer, não delegou nas Assembleias Municipais para decidir se eventualmente vai haver agregação ou eliminação de freguesias, porque a criação, a extinção e a modificação de freguesias cabe exclusivo à Assembleia da República. O que aqui diz concretamente, é que já foram definidos os parâmetros. E então o que é que acontece em relação ao concelho de Coimbra? O concelho de Coimbra designadamente as 31 freguesias compõem, vão estar sujeitos a dois parâmetros:

O primeiro é que, todas as freguesias urbanas, com menos de 15 mil cidadãos, vão ser necessariamente sujeitas à agregação:

As freguesias não urbanas, com menos de 3 mil cidadãos vão ser sujeitas à agregação. Os parâmetros já estão definidos, não há volta a dar a Assembleia da República já decidiu isto, o que a Assembleia da República, por ventura, aqui diz no diploma, é o seguinte:

“Se as Assembleias Municipais entenderem pronunciarem-se no sentido de eventualmente contribuírem para a composição das agregações, vão ter uma redução de 20% em relação às reduções previstas, e mais 5% do financiamento das Freguesias”.

É isto que diz o diploma e a seguir a Assembleia da República vai decidir de acordo com o computador e o programa já instalado que decide rapidamente.

Por isso é que é uma injustiça, senhores deputados algumas intervenções aqui em relação, não é aqui estar em solidariedade com o senhor Presidente da Mesa.

Em primeiro lugar o senhor Presidente merece toda a consideração e respeito, até porque o passado dele e a envergadura intelectual dele está perfeitamente acima de qualquer suspeita.

Em segundo lugar, aquilo que eventualmente a Unidade Técnica da Assembleia da República vai dar cumprimento porque ele não vai ter nenhuma delegação de poderes, o que vai acontecer é exactamente aquilo que já está previsto e que a Assembleia da República já determinou neste regulamento.

Só para terminar em relação à questão do requerimento.

É evidente que o requerimento, e o senhor deputado Ferreira da Silva toda a gente reconhece que é um bom jurista, agora este requerimento, a forma como ele está formulado, suscita bastantes dúvidas. Nós não pudemos, dirigir um requerimento no sentido quem é a identidade competente, são os 10% dos deputados da Assembleia da República é o senhor Presidente da República, é o Procurador da República, é o Provedor? Quem é, evidentemente que, é algo que de alguma forma independente dos pressupostos do requerimento. Eu até estaria disponível para colaborar no requerimento mas nunca desta forma, porque este requerimento se fosse apresentado por exemplo num Tribunal era liminarmente rejeitado do meu ponto de vista com o devido respeito.

Por último quero dizer ao deputado André Oliveira que comungo, em parte, com a sua intervenção.

De facto, a Empresa Municipal de Turismo vai ter que ser extinta.

A Empresa Municipal de Turismo não existiu por existir, contribuiu para a divulgação da marca Coimbra, e para a promoção de muitos recursos endógenos desta região.

Quero dizer desta Empresa Municipal de Turismo poder ser extinta, não quer dizer que vamos ter grandes reduções de custos. Porque todo este processo vai ser projecto de integração dos serviços municipalizados.

Agora, que Coimbra tem condições para liderar a Entidade de Turismo do Centro, isso é um facto e estou absolutamente de acordo e com toda a franqueza, não tenho qualquer óbice a esse respeito.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“À margem da questão que já está debatida do requerimento de inconstitucionalidade, quero lembrar V. Exa., que a intervenção do deputado Moisés Geraldês, quero lembrar que a sua intervenção se enquadra melhor na Assembleia Extraordinária que foi solicitada, porque a matéria em causa tem de facto, essa dignidade, que permite sugerir-lhe a data de 10 de Outubro, para não estarmos a perder muito tempo com outras intervenções sobre essa matéria.”

Presidente da Mesa aproveitou a intervenção do deputado Ferreira da Silva, para marcar a Assembleia extraordinária sobre a Reforma Administrativa, 10 de Outubro próximo.

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

“A razão que me fez inscrever-me e na verdade nem consigo perceber quais são os critérios de inscrição, uma vez que no início disse que, pretendia fazer esta intervenção que era no sentido de lembrar aqui uma comemoração do dia 12 de Agosto que é o dia Internacional da Juventude, e também gostei de ver e vou dar de alguma continuidade à intervenção do deputado André Oliveira, que cuja moção a JSD já se solidarizou aqui uma vez.

Mas, antes de entrar no tema que me levou a intervir nesta Assembleia, e que concordo totalmente com o deputado André Oliveira, que é uma questão que tem que ser debatida, que diz respeito precisamente à questão da Juventude, queria dizer, tal como o deputado Carlos Pinto e o senhor deputado Carlos Clemente, há uma atitude em certas pessoas antes quero louvar de que criticar outra.

A convergência partidária como um acto de cidadania é uma coisa louvável. Há pessoas felizmente aqui dentro como é o caso destes dois deputados nesta Assembleia hoje, que sabem pôr os interesses das pessoas que os elegeram à frente dos interesses partidários.

O deputado Carlos Pinto ao fazer aqui, convergência partidária, em defesa dos seus munícipes, também defendo e sei que a Junta de Almedina funciona muitíssimo bem, onde já tive a oportunidade de constatar isso. Por outro lado o deputado Carlos Clemente a elogiar a acção do Presidente de Junta João Pardal.

Ao contrário de outras pessoas, que na verdade não respeitam nem esta Assembleia, nem tem esta atitude cidadã.

Eu quero dizer, e quero marcar aqui uma posição que quando desrespeitam nomeadamente o Presidente da Assembleia, eu sinto-me também desrespeitada. E há certas touradas que é assim que se chama nesta Assembleia que são absolutamente inadmissíveis e não a dignificam. Até o tipo de linguagem que usam não me parece que seja depois seguida, nem tenham nas suas bancadas apoio, porque há certas pessoas aqui, por exemplo vem para aqui usar cartões vermelhos, cartões amarelos, linguagem do futebol, a mim não me diz rigorosamente nada, ou outros deputados que dizem “lágrimas de crocodilo” e que estão permanentemente a entrevir, é um desrespeito por esta Assembleia ultrapassar o tempo que o regimento lhes dá para falar. Não me parece de maneira nenhuma que seja papel do Presidente estar a contabilizar o tempo das pessoas que deveriam ter a idoneidade e a ética e a responsabilidade de saber quando é que já se estão a ouvir a eles próprios e sobretudo algumas pessoas que vêm claramente para aqui, tentar protagonismos fáceis que provavelmente não tem. Se estivesse aqui o Dr. Fernando Martinho o

líder de bancada não concordaria que certas pessoas da sua bancada se comportem desta maneira.

Agora a razão que me levou a entrevir:

Concordo com o deputado André Oliveira, os jovens não são beneficiários passivos, mas sim parceiros, as suas expirações, vão muito além do emprego, também querem sentar-se à mesa, ter uma voz real na hora de configurar políticas que dão forma à sua vida. Temos que ouvi-los e fazê-los participar.

Devemos fazer quando estiver ao nosso alcance para estimular o seu desenvolvimento proteger a sua dignidade e os seus direitos. Na sua maioria as decisões políticas que tomamos produzem efeitos nas gerações futuras, por exemplo:

Os problemas na segurança social, saúde, pensões, desequilíbrio demográficos, necessitam de um amplo enquadramento temporal que tenha em conta áreas futuras. A questão da responsabilidade perante as gerações futuras deveria estar no centro do que se poderia chamar uma ética do futuro.

As nossas decisões de hoje deveriam deixar-lhe liberdade de escolha amanhã. A vida o planeta a polis o que está em jogo perante as vindouras é a própria humanidade.

Recomeçamos e celebremos tudo o que os jovens podem fazer para construir um mundo mais justo e redobremos os nossos esforços para incluir os jovens nas políticas programas e processos decisórios que beneficiem o seu futuro e o nosso.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“O que me trás aqui são três assuntos.

Em primeiro lugar, naturalmente um abraço de solidariedade com os colegas de Torres do Mondego, Almalaguês e Cernache, que, de facto, se viram afectados por esta tragédia que muitas vezes por mãos criminosas que é a destruição de um bem, que é a floresta, que de facto um País com as características que temos poderia representar grande parte da riqueza nacional e ter um peso importantíssimo no produto interno bruto na riqueza que se produz e infelizmente é aquilo que vimos que é destruir.

Comungar das preocupações do meu colega das Torres do Mondego. É de facto, um risco natural que temos, pela estrutura geológica, pela natureza da floresta pelo tipo de povoamento que temos e pela forma que a tratemos. Portanto há sempre este risco que temos da acção criminosa. Numa atitude preventiva de facto a Câmara tem um pelouro da Protecção Civil, tem técnicos nessa área e está na altura não é no Verão de começar há ver freguesia a freguesia, nomeadamente as manchas florestais, a forma de melhorar a acessibilidade, porque quanto melhor for a acessibilidade mais rápido é o combate, de facto há ali um período crítico de início de propagação do fogo, que se fôr do lado, ou controlado ele pode morrer aí. Quando se passa esse período crítico não há controle, não sou especialista na área, mas de facto seria importante de imediato começar alienar um levantamento nas freguesias e em todas as freguesias com área florestal, um plano de intervenção para melhorar até à Primavera as acessibilidades e os caminhos de acesso a essas áreas florestais e dentro das áreas florestais.

Penso que vai um pouco ao encontro daquilo que era o pensamento e o raciocínio do nosso colega e Presidente de Junta das Torres do Mondego. Deixo aqui de uma forma mais desenvolvida esta sugestão ao vereador do Pelouro da Protecção Civil.

Por falar em riscos naturais, vou falar de um risco também que tenho floresta que está inerente à minha freguesia. Se acontecer o que aconteceu em 2006, o João Pardal vai intervir e partir a loiça.

Não tiro o mérito à intervenção que foi feita das passagens hidráulicas nos Fornos, já o disse trabalho do meu colega de Torre de Vilela.

Naturalmente ali não era só as passagens hidráulicas, porque no passado o Planeamento da Câmara permitiu o Ordenamento do Território que se construiu-se e edificasse em zona de leito de cheia em zona de infiltração máxima e por aí adiante. Tudo isto ajudou de facto ao problema que ali temos, contudo se chover Souselas vai continuar com os pés debaixo de água.

Em 2006, a Junta de Freguesia enviou um relatório técnico para a Câmara, para a CCDR, para o Instituto Nacional da Água, nomeadamente descrevendo de forma técnica, os riscos e os problemas associados e propondo medidas de prevenção e medidas de minimização. Significa que, se não forem feitos sistemas de limpeza desobstrução das linhas de águas, o rio dos Fornos que é formado em Souselas pela conjugação do rio do Botão e do rio Resmungão, naturalmente vamos ter rigorosamente os mesmos problemas que tivemos em 2006. Nada ou pouco na obstante intervenções feitas pela Junta outras naturalmente houve também da Câmara, foram claramente insuficientes, e não se pode localizar uma intervenção para resolver um problema, quando o rio não tem sectores, o rio é um todo, tem problemas a jusante, e tem problemas a montante e não se pode entrevir só, focalizado num ponto.

É um alerta é um pedido que fazia encarecido ao senhor Presidente da Câmara, porque não podemos por em risco, pessoas e bens. E há pequenas intervenções, se os técnicos da Câmara lá forem nomeadamente os da área da Protecção Civil, o Presidente da Junta está disponível para os acompanhar com o relatório técnico que apresentamos há 6 anos, podemos demonstrar que com pequenas intervenções podemos mitigar e minimizar os efeitos da cheias. Está o inverno à porta, espero que não aconteça aquilo que aconteceu no dia 25 de Outubro de 2006.

É um apelo que aqui faço, com o coração nas mãos, porque como autarca tenho que ser responsável pela protecção das pessoas e dos bens, e de facto, vivemos num período crítico que é as cheias e há necessidade de entrevir. Caso contrário temos uma obra que é boa, é louvável mas, só par um sítio. Não serve nem resolve os problemas que estão a montante neste caso é a Freguesia de Souselas.

O segundo assunto, é naturalmente na forma como fui crítico da falta de saneamento que não está resolvido o saneamento em St^a Luzia. Fui crítico na postura das “Águas de Coimbra” também quero aqui pessoalmente elogiar a atitude das “Águas de Coimbra”. Foi feita uma intervenção de renovação de rede de água, na parte mais antiga da vila, com dezena de anos de tubagem degradada naturalmente, com efeitos negativos seguramente na qualidade da água, também é uma segurança de saúde pública, e foi renovado todo esse sector. Para além do que se consegue poupar de água porque havia roturas constantes. É de louvar a atitude das Águas de Coimbra, e publicamente em nome da Freguesia de Souselas quero agradecer de facto essa intervenção que decorreu em parte da vila de Souselas.

Para terminar, dizer tão somente isto:

Em primeiro lugar agradecer, as palavras que aqui foram dirigidas pelo nosso colega e Presidente de Junta de Castelo Viegas e pelo meu amigo e companheiro de luta também nesta questão das freguesias o Carlos Clemente.

Quero dizer o seguinte:

Naturalmente quando intervenho, intervenho não por nenhum clubismo político mas intervenho naquilo que acho importante sobre as freguesias e intervenho por vezes, conversando com os meus colegas sejam eles da CDU, do PS ou do PSD, ouvindo a opinião até antes de intervir. Mais do que o João Pardal, é seguramente a voz das freguesias de Coimbra, esqueçam o João Pardal! Quem está a falar e quem intervêm nos fóruns que mencionaram tem sido o nome de todos os autarcas de Coimbra em defesa das freguesias de Coimbra e muito obrigado a todos os autarcas sejam de que partido forem pela gentileza e por essa atitude e pelo voto de confiança que tem tido em mim. Não esquecerei na vida a atitude que tem tido para comigo.

Quero dizer, estamos na parte final da questão ou não! Da Reforma Administrativa, louvasse a atitude do senhor Presidente da Câmara, sempre foi convidado esteve sempre presente nas acções da ANAFRE Distrital. Não posso esquecer isso. Mas, não por o Governo ser do meu Partido que tenho que dizer que são uns tipo simpáticos, e que fazem tudo bem feito, nem de lá perto. Portanto, dizer o seguinte: Nós temos uma situação ou nos pronunciamos aqui, sobre uma proposta qualquer, na próxima Assembleia ou deixamos a decisão para a Unidade Técnica, mais provável que aquilo se embrulhe tudo e não chegue a lado nenhum. Ou então, uma outra hipótese. Mas vou dizer o que penso.

Os Presidentes de Junta e os Autarcas de Freguesia, contribuíram muito para o desenvolvimento do País, independentemente de que Partido fossem, muitos dos desenvolvimentos das freguesias deveu-se ao trabalho deles, o Polidesportivo está lá porque eles lutaram, o saneamento chegou às ruas porque eles bateram o pé, o Parque Infantil existe porque eles lutaram para isso e todo o conjunto de benfeitorias existentes que têm sido feitos nas Juntas de Freguesias, devesse muito ao trabalho da atitude de teimosia e perseverança dos autarcas de freguesia.

É lamentável que sendo nós uns tarefeiros do Estado, que é assim que nos tratam, não tenha sido reconhecidos e respeitado, por quanto contribuímos para o desenvolvimento do País e que agora numa assentada por e simplesmente acabasse e elimine-se as freguesias.

Este assunto é demasiado sério, pela forma como foi discutida hoje aqui nesta Assembleia Municipal.

O que aconteceu aqui nesta Assembleia Municipal a forma como é abordada esta questão é a forma como ela tem sido tratada nesta discussão nomeadamente pelo Governo.

Portanto, quer-se que este assunto seja aqui debatido e discutido, com outro nível, com outra elevação e com outro respeito pelas freguesias.

Isto, meus amigos, é uma atitude que eu tenho crítica, sobre a forma que vi e ouvi no início desta Assembleia, não é atitude, não é forma de abordar um assunto que é demasiado sério, que toca a todos e que toca às populações.

Que haja elevação na próxima Assembleia e que isto seja discutido com outra elevação, com outra atitude com outro respeito pelas freguesias e pelas populações e pelos autarcas de freguesia. É a mensagem que fica para a famosa Assembleia que vai haver no dia 10 de Outubro.

E dizer, que de facto isto é uma atitude injusta, incorrecta contra os autarcas de Freguesia, feita por indivíduos que não são autarcas de freguesia, contra as populações e uma atitude completamente errada, por parte do governo e também por parte quem assinou o acordo com a Troika que pôs lá esta questão.

São os dois responsáveis os de antes e os actuais.

O que eu sugeria é somente isto:

Da mesma forma que houve o recuo da taxa social única, o Governo errou, corrigiu, o povo levantou-se tinha razão, as freguesias e as suas populações também tem razões neste aspecto. Naturalmente já foi pedida pela parte da ANAFRE, a averiguação da inconstitucionalidade da lei. Mas ficava bem à Tutela, porque vem aí as eleições menos de 1 ano o processo tem que estar preparado, as pessoas ainda não viram vem isto, com esta história da freguesia que fica, que vai e que se agrega, eu vou ver o que é que vão fazer aos cadernos eleitorais, como é que vão preparar isto? Como é que vão preparar o acto eleitoral, parece que ainda ninguém pensou nisto nem ninguém falou nisto e depois estarão cá os Presidentes de Junta porque ainda lá estaremos para aguentar com as consequências, com a responsabilidade das coisas mas com os erros dos outros! Este é que se torna num problema grosso, como é que isto vai ser feito.

Estamos a menos de 1 ano das eleições, o processo eleitoral tem que estar todo preparado, vai ser um problema para os Municípios, vai ser um problema para as Freguesias e vai ser um problema para os autarcas. Portanto, só tem um caminho da mesma forma que o Governo errou e agora quer corrigir o erro da taxa social única, agora só tem um caminho é parar o processo, não há condições para continuar o processo, e reconhecer que conduziram mal o processo e assumirem que erraram e que não tem condições objectivas para continuar para a frente.

Mas era a proposta que eu aqui deixo, eu não tenho poder para chegar à Tutela, até não sou um menino muito querido pelas posições que tenho tomado, mas outras pessoas aqui dentro que terão outros conhecimentos e outra capacidade que eu não tenho que façam chegar esta mensagem.

Meus amigos reconheçam que conduziram mal o processo, reconheçam que não há condições de preparar este processo, suspenda-se e pare-se o processo.

Era isto que quero dizer e naturalmente o João Pardal estará sempre ao lado dos colegas autarcas de freguesia.”

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):

“Na Fundação Calouste Gulbenkian e na Fundação Casa da Música, não me consta que cresçam feijões nem que se plantem batatas. Serão por isso Fundações improdutivas?

Esta é uma redução absurdo leva-nos a uma questão mais próxima da nossa Cidade, da Cidade que candidatou a sua Alta e a sua Universidade a Património Mundial e que, no contexto da Universidade tem uma Fundação Cultural e uma Fundação do Museu da Ciência. O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra tem o estatuto de fundação cultural, alterado pela lei-quadro saída em Julho para Instituto mas, enfim o seu estatuto ambíguo mantém o museu como Fundação e Instituto. No Estatuto da sua Fundação, o Museu da Ciência é, constituído por dois parceiros, a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra.

O Museu funciona num edifício “Laboratório de Química”, um edifício Pombalino, que data dos gloriosos tempos de renovação da Reforma Iluminista levada a cabo

por Marques de Pombal. O edifício data de 1772, precisamente 3 anos antes do terramoto. É agora de um tempo de terramoto que me dirijo a esta Assembleia.

O Governo aconselha, pura e simplesmente à extinção das Fundações, com excepção de uma independente da Universidade do Porto que tem como objectivo salvaguardar o património de um Arquitecto que foi Professor da Universidade do Porto.

Sendo assim, o Museu/Fundação, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra foi também aconselhada à sua dissolução. Este Museu a nível tem projectado a nível internacional por via das valiosíssimas colecções lá guardadas e expostas ao público, no âmbito da química, da física, da astronomia, da história natural e mais modernamente da antropologia, tem projectado a Universidade de Coimbra, e naturalmente a Cidade a parâmetros de renome internacional e de credibilidade científica. Porque naturalmente as colecções só existem quando os objectos que as constituem estão juntos, seriados e organizados de acordo com um plano. A partir do momento, em que são remetidos para os seus lugares de origem deixamos de funcionar com o conceito de colecção.

Assim, o reitor da Universidade de Coimbra manifestou a disposição da Universidade de lutar por manter esse Património e o Museu e a Fundação Cultural da Universidade resguardados mas, nós sabemos que, o Ensino Superior levou cortes brutais que, novos cortes estão anunciados, nos Estatutos da Fundação prevê-se que a parceira Câmara Municipal, contribua com o apoio naturalmente sobre a forma de manutenção do edifício de 250 mil euros, mas se for considerado, pelo Governo Central útil ou aconselhável que tais fundos, não sejam cedidos, pode haver o perigo de se extinguir esta parceria como se pode ver nos Estatutos que estão na Internet, no artigo nº 26, em que se diz que, uma vez extinta a dita parceria em caso de extinção as colecções da propriedade da Universidade de Coimbra e do Ministério da Ciência serão entregues no prazo de 3 meses a estas entidades.

Os bens da fundação reverterão para a Universidade de Coimbra.

Quer o Partido Socialista manifestar aqui, a sua apreensão, por esta ameaça cultural que paira a candidatura a Património Mundial da Alta e da Universidade, sobre a ameaça que constitui sobre a Cidade de Coimbra, e apelar para o Município para a Câmara e como dizia colega que interveio anterior, para quem tem acesso à Tutela, e estão aqui Professores Universitário investidos de funções, além do mais que, chamem a Tutela ao bom senso, porque este edifício construído em 1772 parece enfim estar ameaçado por perigos que o terramoto de 1775 trouxe físicos à Cidade de Lisboa.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara:

“Pergunto a todos os Presidentes que estão contra a extinção de freguesias, como eu, se a sua freguesia for extinta, anexada ou anexadora se eles dizem que não vão concorrer porque são contra a extinção de freguesias? Eu gostava de saber isso!

Eu sou contra a extinção das freguesias mas se me poder candidatar como estou no fim dos 12 anos de mandato eu concerteza me candidatarei. Portanto, não tenho que ficar agarrado a uma palavra de dizer que sou contra a extinção mas depois candidato-me. Acho que vai acontecer a todos!

O melhor seria terminar ou parar com toda esta Reforma Administrativa que é uma treta pegada. Vou dar um dado que estive hoje a consultar. A Câmara de Coimbra

recebe de recuos de 75% de IRS perto de 16 milhões de euros, as Juntas de Freguesia por direito tinham que receber 2,5% do IRS, 2,5% do IVA, 2,5% do IRC. Se esses critérios fossem a sério e levassem para a frente, só de IRS para as Juntas de Freguesia seriam 8 milhões de euros, é muito dinheiro!

Portanto, o Governo não cumpre connosco aquilo que deveria cumprir. Será que depois nas imposições vai querer cumprir, por isso acho que deveria ser tudo suspenso.

Também queria falar da Lei dos Compromissos.

Gostava de saber, se as Juntas de Freguesia não passam facturas, se as Juntas de freguesias a única coisa que passam é um recebimento de uma taxa, eu pergunto como é que posso eu que recebo facturas de fora, ou sejam por exemplo os empreiteiros passam facturas e eu tenho que as pagar logo que dão entrada 90 dias depois. Mas depois eu para receber o dinheiro desses empreiteiros como é que vou fazer se não passo factura, por exemplo nos protocolos de delegação de competência se eu não passo facturas como é que eles vão contabilizar aquilo.

Portanto, acho que esta lei também havia de ser suspensa. É impossível trabalharmos, é impossível aplica-la a nós também. Assim também como ainda não compreendi o nível 1 e o nível 2 das Câmaras, a Câmara tem mais de 1000 habitantes, tem mais 500 por metro quadrado, porque é que está no nível 2 e não está no nível 1? Não entendo isto.

Já agora também vos queria dizer, dar conta de uma vitória, não é contra a ninguém, mas só quase uma vitória pessoal do empenho que tenho tido nesta questão de divisão das Juntas de Freguesia.

Não tenho nada contra o meu amigo da Junta de S. Martinho, não temos polémica nenhuma, só que ao fim de 9 anos de tanta luta com o Instituto Geográfico Português finalmente recebo um email que diz, que a CAOP está suspensa...”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Queria começar por não fugir duas ou três perguntas que foram aqui directamente postas que são importantes mas que eu gostava de esclarecer.

O primeiro sobre o Açude Ponte e o Tabuleiro de Baixo. A ideia da Câmara Municipal é, e já está a ser tratado a algum tempo com os serviços da hidráulica a quem pertence o Açude.

É que, passa a haver um sentido apenas para poderem circular peões e bicicletas. Que esse sentido de manhã seja para entrar em Coimbra, e à tarde seja para sair de Coimbra. Isso só pode ser conseguido com semáforos, aguardamos está tudo a ser tratado é esse o fim para onde caminhamos. Permitindo finalmente que os peões, e as bicicletas possam em segurança circular naquela ponte, coisa que até agora não acontecia.

Já quanto à rotunda do Almegue, como sabem todos e é bom lembrar, é uma rotunda que ficou incompleta, foi feita para levar uma ponte que, agora está suspensa.

A rotunda como está ela não foi feita para funcionar como está a funcionar, portanto não pode funcionar bem! Esta é uma preocupação que temos e conjuntamente um trabalho que pedimos à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, está feito, na busca de uma solução para pôr aquela rotunda a funcionar de uma maneira, minimizando os danos para as pessoas, porque não se consegue resolver o problema de fundo, porque ela realmente não está feita para funcionar daquela maneira. Esse trabalho está feito a solução proposta pela

Faculdade de Ciências da Universidade é uma solução que passa por semaforizar de uma maneira diria eu inteligente a rotunda, nós próprios custeámos esse trabalho, e agora estamos a trabalhar com as Estradas de Portugal para que as Estradas de Portugal aceitem a solução que nós estamos a propôr. Diria que está o caminho está bem lançado, e penso que em breve as Estradas de Portugal vão dar a luz verde, para pôr-mos aquela rotunda a funcionar menos-mal, de uma maneira mais decente do que acontece desde o início.

No que respeita a este processo mais mediático do que de estudo, porque eu de estudo não vi muito, da extinção de Fundações, que anda por ai agora, em que de repente vem recomendar à Universidade e à Cidade, que rematem e que extingam alguns projecto em comum que têm. Como é evidente nem o Município nem a Universidade estão apegados a uma particular forma de fazer essa cooperação, pode ser para uma Fundação, para uma Associação ou para outra coisa qualquer, aliás noutros fóruns fazem-se por exemplo através de uma associação.

Portanto, tenho a certeza que não acontecerá isto servir de pretexto que, entre as coisas e a Cidade e a Universidade começassem a correr mal. Isso não vai acontecer, nem por parte da Câmara nem por parte da Universidade, nem nos passa por a cabeça porque esta Cidade só pode funcionar quando estes dois motores trabalham na mesma direcção.

Não sei se será com esta Fundação, com outra fundação com duas fundações, ou com uma associação, uma coisa é certa, os museus todo o projecto cultural que está por detrás da Fundação que liga a Universidade com a Cidade, esse não vai ficar em causa, ponto final, seja lá qual for a forma jurídica para resolver isso.

Queria ainda deixar uma palavra em nome de nós todos, em nome da Cidade de Coimbra, um público agradecimento a todas as Cooperações de Bombeiros, que no mês de Setembro o mês que foi difícil para Coimbra, como sabem em particular os Presidentes de Junta que foram do território mais afectado por alguns dos incêndios que lavraram, de facto, houve aqui um conjunto enorme de esforços, de corporações de bombeiros alguns com resultados trágicos, houve pessoas que se feriram. Queria deixar aqui um público agradecimento a todas as Corporações a todos os Corpos de Bombeiros, que não regatearam esforços para minimizar os estragos dos incêndios que tivemos este mês de setembro. Faço em nome de todos nós que aqui estamos.

Por último, fazer uma breve nota sobre uma questão, que pessoalmente e penso que a todos nós nos vem preocupando. Nós temos ouvido falar pouco disso, mas de vez enquanto chegam alguns ecos de que há reflexões a acontecer de propostas que vão germinando e para as quais temos de estar bem preparados.

No que respeita a dois sectores importantes para o Município de Coimbra.

O sector da água e o sector dos resíduos sólidos.

Como se sabe, foi público, foi apresentado quando o Governo apresentou o seu programa a ideia do Governo é, envolver de formas diferentes, é certo, mas envolver dinheiro e esforços privados na administração quer no sector da água, quer no sector dos resíduos sólidos.

Nos últimos dias, temos sido confrontados com algumas informações que nos dizem que esse processo não está parado, nós já sabíamos isso há algum tempo. Por isso, e nomeadamente na questão da água, o município de Coimbra, eu e o Presidente das “Águas de Coimbra”, estamos a trabalhar já há algum tempo para conseguirmos montar uma solução que envolva as “Águas do Mondego” e as “Águas de Coimbra”

que envolva os concelhos à volta de Coimbra numa forma que seja diferente daquela que as “Águas de Portugal” nos estão a propor.

Há dias saiu um estudo sobre o preço da água, qual é a factura da água nos municípios portugueses. É interessante verificar, que o Município de Coimbra, está em 4º lugar entre as capitais de distrito 4º lugar a contar debaixo. Temos a quarta factura mais barata das capitais de distrito do Continente Português.

É para nós muito importante, continuar assegurar às pessoas de Coimbra, boa água a bom preço. As soluções que andam por aí a ser agendadas, de todo, não garantem que este esforço que temos vindo a fazer a algum tempo, de proporcionar boa água a bom preço aos Cidadãos de Coimbra não garantem que isso possa continuar.

Portanto, temos o dever e estamos a trabalhar nessa direcção de construir soluções alternativas que protejam o consumidor de água de Coimbra, já agora o consumidor do lixo de Coimbra, que somos todos, dos abusos que estão a ser arquitectados na cabeça de alguns.

Em Coimbra, nós cumprimos já algum tempo aquilo que é uma recomendação dos reguladores do sector da água, é que, é repercutir no custo da água todos os custos, nós não estamos a subsidiar a água que as pessoas consomem.

Depois de fazermos algumas contas e de percebermos que as “Águas do Mondego” que é o nosso fornecedor de água, que as “Águas do Mondego” tem todas as condições para no próximo ano de 2013, não precisarem de subir elas o preço da água, que nos vendem.

Queria aqui garantir a todos que, desde já assim o for, e repito não há razão para que as “Águas do Mondego”, numa razão técnica que tenham que subir o preço da água no próximo ano! Nós estamos em condições desde já dizer que se assim for o preço da água em Coimbra, o preço da água ao consumidor também não vai subir.

No fundo, com isto queremos dar um sinal, um sinal de que estamos muito atentos e que não deixaremos, de maneira nenhuma que este património tão importante de Coimbra, que é a sua água, seja mal barateado por decisões tomadas à pressa, onde no fundo vamos ou iríamos, é por aí o caminho que está a parecer vai, onde iríamos todos pagar as asneiras que alguns cometeram no passado, isso não pode ser.

O consumidor de Coimbra não tem nada que pagar os erros da gestão, os erros da política da água dos últimos anos em Portugal. Os erros sejam pagos por quem os cometeu! O consumidor de Coimbra como de muitos outros Municípios não tem culpa que tenha havido maus decisores, a tomar más decisões.

Por isso, estamos a tratar de engendrar uma solução mais pequena, ou uma escala mais reduzida, mas que seja capaz com menos esforço dos contribuintes e dos consumidores continuar a proporcionar boa água a bom preço às pessoas de Coimbra.

Sem nos furtarmos evidentemente a um esforço de solidariedade nacional que tem que existir também na água, evidentemente. Mas, nós participamos num esforço nacional para que os consumidores de sítios onde a água é mais cara possam ver um pouco reduzir a sua factura. Estamos todos de acordo com este princípio de equidade nacional mas não estamos disponíveis para pagar erros de gestão do passado. Isso não!

Por isso, queria a todos dizer que, estamos neste caminho, que iremos certamente trazer a próximas Assembleia Municipal decisões várias que têm a ver com este assunto e que gostava desde já a todos de convidar para uma reflexão séria sobre aquilo que aí vem.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

Gostava de esclarecer uma questão que me atinge pessoalmente.

Como é do conhecimento, eu fui membro do Concelho da Administração dos SMASC durante vários anos, e o Senhor Presidente acabou de dizer aqui, o seguinte:

“Erros do Passado”, gostava que o Senhor Presidente esclarecesse a qual passado se refere, e se se refere à nossa gestão.”

Presidente da Câmara, respondeu é tão simples que respondo já.

“Não me referi evidentemente a erro do passado cometido em Coimbra, mas sim a erros de política nacional de gestão da água, e que deram a uma empresa chamada EDP, que deram a muitos grande sistemas. Não tem nada a ver com o que se passou aqui, porque todos sabemos que em Coimbra tem havido esse cuidado e vai continuar haver.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Onde queria chegar é que efectivamente na nossa gestão sempre cuidamos de resolver o problema da água e bem, penso eu! E depois houve na gestão seguinte efectivamente a possibilidade de uma venda dos SMASC, por isso pensei que se queria referir a isso. Estou esclarecido.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Acabei de ouvir da boca do senhor Presidente que o processo de participação de privados no sector da água não está arredado, de todo em todo, da nossa Cidade.

O Partido Socialista quer dizer a V. Exa. que saúda e solidariza-se com V. Exa. com a preocupação nesta matéria que acabou de referir.”

Aprovação da ata:

Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação as actas de 24 de Junho e 27 de Julho, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, devendo os srs deputados entregarem as correcções necessárias.

Período da Ordem do Dia:**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Como habitualmente o Presidente da Mesa da Assembleia propôs que os pontos 2, 3 e 4 sejam discutidos em conjunto e a votação será ponto por ponto.

Ponto 2 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar e Cobrar em 2013:**Intervenção do Presidente de Câmara:**

“Sobre este primeiro ponto da ordem de trabalhos, a fixação da taxa do IMI, gostava de dizer brevemente, para ajudar à vossa reflexão e ao vosso sentido de voto.

Como sabem, não é habitual sobretudo em anos de crise financeira, descer impostos. E é isso que aqui está a ser proposto, é que a taxa deste imposto específico, um imposto sobre o valor do património que as pessoas têm, o património imobiliário, isto é importante porque há outras formas de património que ficam livres de tributação, e a única sobre a qual o fisco incide é o imobiliário. É isso que está aqui a ser proposto é a redução desta taxa. Aliás, eu mais ou menos há 1 ano já tinha dito que isso aconteceria este ano. É verdade que as condições financeiras agravaram neste ano, do ano passado para este na, a situação piorou, piorou no País piorou um pouco por todo o lado.

Está em curso, neste momento, um processo de reavaliação dos prédios, do imobiliário. E este processo de reavaliação faz com que em alguns casos sobretudo nos casos em que os prédios já não eram há muitos anos avaliados, haja subidas significativas do valor da avaliação, mas tem acontecido também, a que ao valor de prédios que foram avaliados há menos tempo venha hoje a ser reduzido reduzido.

Gostava também de chamar a atenção do seguinte:

Cada vez que há uma reavaliação de um prédio a tributação deixa de ocorrer à taxa de 0,7% e passa a ocorrer à taxa de 0,4%. Quer dizer que algumas reavaliações para cima, não trazem necessariamente um aumento do valor tributado porque a taxa decresce de 0,7% para 0,4%.

A preocupação que todos temos evidentemente é com aqueles e são alguns que, mesmo com a redução da taxa 0,7% para 0,4% ao verem o valor do seu imobiliário crescer muito, perspectivam crescimentos significativos de IMI.

Em relação a isso, era importante que todos soubessem está escrito na informação, mas às vezes é menos dito, a própria lei durante 2 anos põe, isto inclui o ano que vem e o próximo ano e o ano que vem a seguir depende do ano que for feita a avaliação a própria lei põe alguns limites à subida máxima, mesmo que eu hoje pague 20€ de IMI e com a nova reavaliação fosse obrigado a pagar 500€, eu não passo de repente de 20€ para 500€, no máximo o que o imposto pode subir por ano é 75€, por prédio. No máximo nos casos piores, há uma protecção das pessoas.

A descida que é proposta de 0,4 para 0,39 pode parecer pequena, até porque este é o caminho que temos que seguir o caminho é baixar os impostos às pessoas mas, evidentemente com responsabilidade, todos gostaríamos que fosse mais, alguns vão dizer o que lhe vai na alma e têm certamente boas razões para tal. Mas, este abaixamento de 0,40 para 0,39 é um abaixamento que ocorre dentro da possibilidade que o Município tem de escolher a taxa, o município não pode escolher a taxa que quiser, pode escolher de 20 a 40 e entendemos propôr para o ano e pela primeira vez, não creio que pela mão de nenhum executivo tenha vindo uma proposta para baixar a taxa de IMI, aliás há muitos municípios que estão a fazer uma grande festa pelo facto de não a subirem. Porque o que vai acontecer a 2/3 dos Municípios Portugueses é que serão obrigados a subir essa taxa de 0,4 para 0,5 e se esta proposta aqui hoje for aprovada, nós vamos em contra ciclo, , ser um dos municípios onde ela vai se reduzir.

O que se propõe no fundo é, o abdicar de uma receita por parte do Município deixando-a no bolso dos contribuintes. Fazemo-lo conscientemente. Isso poderá chegar dos 700 mil a 1 milhão de euros, o que é uma verba muito considerável.

Por último, há um assunto fundamental nesta questão do IMI que é a justeza das avaliações prediais.

Não me parece mal, nem pode parecer a ninguém quem tem um património, de muito alto valor paga mais do que aqueles que tem um património de baixo valor, julgo que isto é da mais elementar justiça, ainda que eu concorde que é pena só se tribute o imobiliário. Concordo, mas olhando para o imobiliário que é o que pudemos aqui definir sobre o resto o município não pode fazer mais nada. O que me preocupa é a justeza da avaliação dos prédios das pessoas.

Neste momento, está a ser feito uma reavaliação geral, julgo que vai em 28% dos prédios do município que já estão e certamente alguns deles estão a ser bem avaliados, mas pode a ver muitos casos de sobreavaliação, avaliações excessivas, isso pode acontecer.

Os munícipes os cidadãos tem maneira de se defender, dessas avaliações erradas, feitas pela Administração Fiscal.

Por isso, dei instruções para que, na Câmara Municipal de Coimbra no gabinete com relação com o munícipe, no nosso atendimento haverá técnicos para aconselhar os munícipes de Coimbra, sobre qual é o procedimento que devem ter o que devem fazer se entenderem que a avaliação do seu prédio ou seja do seu imóvel não é correcta, que é excessiva.

As pessoas geralmente ficam sem saber o que fazer, o que nós propormos na Câmara Municipal de Coimbra, é ajudar as pessoas a saber o que fazer de maneira a contribuir a que as avaliações de todos os prédios de Coimbra sejam as mais justas que for possível.

De alguma maneira estamos a jogar contra os interesses do Município, ou seja de receita da Câmara, o que era bom era que as pessoas nem se dessem conta que o seu prédio estava muito sobre avaliado para pagarem mais imposto, mas isso é da mais elementar justiça e quem está em funções públicas, em primeira instância tem que olhar para a justiça é da mais lamentar justiça que isso não aconteça. O que propomos fazer na Câmara Municipal de Coimbra é ajudar os munícipes de Coimbra a terem a certeza do que o valor atribuído às suas propriedades não é um valor excessivo.

Por isso, convido desde já todos os munícipes da nossa Cidade, que se dirijam à Câmara Municipal ou que, consultem o nosso site a partir dos próximos dias para saber como fazer para poderem garantir que não têm os seus prédios sobre avaliados.

Digo assim, é um imperativo de justiça que se trata.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Começo por saudar esta intervenção e esperar que ela tenha concretização.

Mais uma vez, esta Assembleia é chamada a deliberar sobre as taxas de IMI a aplicar em 2013 aos detentores de património imobiliário. Fazemo-lo num quadro de profunda crise económica e social, agravada pela austeridade imposta pela Troika e pelo governo a coberto da ditadura da dívida. De corte em corte, de confisco em confisco, esmagam-se os rendimentos do trabalho, destrói-se o tecido empresarial, agrava-se o desemprego, aprofunda-se a recessão e afunda-se a esperança de milhares de jovens e suas famílias numa vida melhor. É neste quadro e não noutro que somos chamados a decidir como tributar o património imobiliário de milhares de portugueses e portuguesas.

A reavaliação dos prédios urbanos, para efeitos de liquidação de IMI foi uma das imposições do Memorando de Entendimento da Troika. Os critérios de avaliação

dos prédios urbanos, nos termos do Código do IMI geram avaliações muito próximas, quando não superiores, ao valor de mercado dos imóveis, aumentando exponencialmente o seu valor patrimonial tributário o que se traduz numa drástica subida do valor de imposto a pagar pelos contribuintes.

Considerando que segundo os dados dos Censos 2011 “A maioria dos alojamentos (68,2%) é de residência habitual e a maioria dos alojamentos de residência habitual (73,5%) é ocupada pelo proprietário. A habitação própria cumpre uma função social básica, tanto mais necessária, quanto não há alternativa de arrendamento. Esta situação faz recair o esforço fiscal sobre o património nas classes médias já tão depauperadas nos seus rendimentos, escapando a tal tributação as grandes fortunas. Uma vez que o IMI é o único imposto sobre o património no sistema fiscal português, que deixa de fora da tributação do património outros bens de luxo, valores mobiliários e participações sociais.

No atual quadro económico e social em que se impõe como orientação política o empobrecimento forçado da maior parte da população, e em que decorre uma avaliação fiscal dos imóveis urbanos, de que resultará um significativo aumento do valor patrimonial tributário sobre o qual incide a taxa a fixar por este órgão autárquico, manda o bom senso e a justiça social que o município delibere no sentido de um desagravamento fiscal dos municípios, através da redução das taxas de IMI.

Assim, e atendendo a que as receitas de IMI cobradas pelo município, têm vindo sempre a crescer de forma sustentada, atingindo o valor de mais de um terço (36%) do total das receitas correntes da Autarquia, propomos que para os prédios urbanos avaliados de acordo com o CIMI, seja fixada uma taxa de 0,35% e para os prédios não avaliados 0,65%.

Como se sabe, temos vindo a defender que o município deveria utilizar plenamente todas as possibilidades legais, nomeadamente as que são abertas pelo art.º 112.º do CIMI para incentivar a reabilitação urbana e dinamizar o mercado de arrendamento, nomeadamente a minoração de taxas, pelo máximo previsto na lei (30%), aos prédios urbanos ou de freguesias, ou zonas delimitadas de freguesias que sejam objeto de reabilitação urbana e simultaneamente combatam a desertificação populacional. Como já anteriormente propusemos, o executivo deveria, em nossa opinião, ir mais longe e conceder isenção de IMI por cinco anos a todos os prédios ou frações objeto de reabilitação que fossem colocados no mercado de arrendamento.

De igual forma defendemos que a Câmara Municipal deve proceder à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas, degradadas ou em ruínas, a penalizar fiscalmente. Pois que ano após ano, apesar de inscritas e aprovadas penalizações nas taxas de IMI aprovadas por esta Assembleia, parece-nos que pouco mais são do que letra morta não aplicáveis. O que constitui uma injustiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade habitacional dos mesmos.

Só com políticas mais assertivas e dinâmicas será possível começar a inverter o processo de acelerada degradação do centro histórico da nossa cidade.

Assim, e neste sentido, iremos apresentar à Mesa da Assembleia uma recomendação ao Executivo Municipal, que solicitamos seja posta à consideração desta Assembleia.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que proceda ao levantamento e identificação dos prédios urbanos devolutos há mais de um ano e dos prédios urbanos em ruínas.

Considerando que:

1 - O Código do IMI prevê mecanismos de diferenciação das taxas aplicáveis aos prédios urbanos em cada município, designadamente em função da de o prédio urbano se encontrar devoluto há mais de um ano, ou do seu estado de ruína, nos termos do artigo 112º, nº 3, em que se prevê a possibilidade de aplicação, respectivamente da taxa em dobro, ou em triplo.

2 — A possibilidade de aplicação dessa taxa depende da identificação dos prédios que se encontrem nessa situação, e a respectiva comunicação, pelo Município à Direcção-Geral de Impostos, até ao dia 30 de Novembro do ano anterior ao ano a que respeita o imposto, nos termos do artigo 112º, nº 15, do Código do IMI.

3 — Sem que a Câmara Municipal proceda a esse levantamento e identificação será impossível a aplicação em concreto das deliberações desta Assembleia Municipal que diferenciam as taxas majorando as taxas de IMI a pagar quer pelos prédios urbanos devolutos, quer pelos prédios degradados a carecer de reabilitação nos termos da lei.

4 — Os prédios urbanos serão todos reavaliados no presente ano, para efeitos de determinar o valor colectável para efeitos de IMI.

5 — Tal reavaliação levará a um aumento drástico da tributação de património imobiliário em sede de IMI.

6 — Por tal facto se torna necessário reavaliar a política fiscal do Município, criando-se mecanismos de diferenciação em função da efetiva valorização da função social da propriedade, bem como das prioridades que venham a ser estabelecidas para a reabilitação urbana, a dinamização do mercado de arrendamento e o combate à desertificação.

7 — A situação de crise económica e financeira, à qual o Município de Coimbra não é alheio, recomenda uma maior equidade na distribuição da carga fiscal.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em Sessão Ordinária, nos termos do artigo 53º, nº 1, alínea q) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, delibera:

1 - Recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que proceda ao levantamento e identificação dos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, bem como dos prédios que se encontrem em ruínas, para efeitos de eventual aplicação do artigo 112º, nº 3 do Código de IMI.

Quanto à DERRAMA a cobrar, queremos que a situação de crise económica social e o aperto financeiro, sobretudo das pequenas e médias empresas, aconselharia a que se procedesse a uma ligeira redução para os sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros, fixando a taxa em 1%. É uma descida que não terá repercussões sensíveis na arrecadação de receita para o município e representaria, nesta conjuntura de crise um ligeiro alívio para as pequenas e médias empresas.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Começando pelo fim, em relação à taxa de Direitos de Passagem, nós não temos muito a dizer:

Sendo justo que as empresas, que fazem o seu lucro utilizando os terrenos do Município, os terrenos de todos os munícipes, paguem, pela utilização desses serviços, para obter o lucro, não deixa de ser iníquo que a lei permite que estas taxas sejam cobradas as imputem de imediato ao consumidor.

De facto, a nossa grande objecção não se coloca ao nível da taxa de Direitos de Passagem, penso que é legítimo que estas empresas e sabemos quais são, em grande caso empresas que têm um monopólio de certos e determinados serviços, ou pelo menos com uma concorrência mitigada, sabemos que é perfeitamente justo que paguem este direito, o facto é que a lei permite que estes custos fossem imputados aos consumidores, este é que é o verdadeiro problema e esta é que era a questão central que deveríamos aqui debater, senão, fazer um movimento para que, isto fossem custo de empresa e não de custo daqueles que suportam ou tem acesso aos serviços porque de facto estão a pagar duas vezes.

A taxa de direitos de passagem tanto quanto me foi dado a conhecer, não sei se estou errado, no último ano foram 24 mil euros, que reverteram para o Município. Sei que são quantias que me parecem irrisórias. Confesso que não sei quais são os mecanismos de controlo que possui o Executivo em relação à efectiva passagem para a Autarquia dos valores que são cobrados.

Valeria a pena, que o Executivo a não ser que o já o tenha feito, e aí peço perdão por este intromissão, parece-me um valor tão irrisório tendo em conta o número de empresas que nos debitam os Direitos de Passagem, tendo em conta o número de habitações em Coimbra, parece-me um valor de tal forma irrisório que, das duas, uma.

Ou efectivamente justifica que este seja um custo assumido pelas empresas de tão irrisório que é, que não suporte o munícipe ou então alguém se anda a avultar ou a atrasar a meter cá o dinheiro.

Acho que o Município deveria pelo menos, ter uma opinião sobre isto, provavelmente estarei enganado, mas de qualquer forma parece-me que há aqui uma contradição que valeria a pena tomar em consideração.

Penso que a derrama sendo uma taxa que incide sobre os lucros das empresas numa altura de crise diminuir a taxação de quem tem lucros, não é uma perspectiva correcta. Falemos nós, em diminuir e criar condições, para que, as empresas em si mesmo, tenham uma diminuição dos custos de contexto, se calhar, eliminando, as taxas de direito de superfície para os consumidores para o nível energético e outros.

Mas a derrama, incide se sobre empresas que tem lucros, pequenas, médias ou grandes.

Sendo que é uma intenção interessante, na minha opinião, e na altura não é relevante, porque não me parece, aliás a tendência última é da diminuição dos lucros das empresas de uma forma série ou fictícia é irrelevante, porque a prática demonstra diminuição dos lucros das empresas sobre isso que incide a derrama, não me parece que fosse uma ajuda significativa às empresas ainda que pequenas ou médias. Porque de facto não é a derrama que custa a pagar às empresas, não é a derrama pelo seu valor quem conhece estas matérias sabe que isto é assim, não é a

derrama pelo seu valor que impede a capitalização das empresas ou a recapitalização das mesmas.

Nós estamos de acordo com a informação da derrama como ela está lançada, agora estaríamos disponíveis para discutir uma abordagem da derrama da sua isenção da sua diminuição se enquadrada num plano mais baixo de atracção de empresas ao concelho, isso sim, funcionando como forma de incentivo, para atrair empresas ao concelho e investimento ao concelho, estaríamos dispostos naturalmente a utilizar este mecanismo fiscal até de isenção para que, tornar-se mais fácil a afixação de empresas no concelho. Não é isto que está em discussão.

Estaremos dispostos a discutir isto numa forma mais ampla.

Não sendo isto que está em discussão e o que se trata é que é perfeitamente irrelevante a percentagem da derrama em relação às empresas que têm lucro, e para o Município, pode-se tornar essencial.

As grandes empresas continuam a ser tributadas.

Sobre o imposto municipal sobre imóveis.

Quanto às propostas de majoração ou minoração da tributação e das taxas, daquele conjunto de propostas que têm a ver com a utilização ou não utilização, com a conservação ou não conservação dos prédios.

Repetimos as preocupações do Grupo Municipal da CDU, recorrentemente colocadas nesta Assembleia e persistentemente ignoradas pelo Executivo Municipal.

-Está o Executivo em condições de aplicar as penalizações aos prédios devolutos ou degradados?

-Em que medida foram aplicadas durante este ano e nos anteriores, as majorações aprovadas neste sentido?

-Está, enfim, o Executivo em condições de aplicar o que nos aqui propõe?

O Executivo, mais uma vez, não apresenta estes elementos na sua proposta e estes são essenciais para que a Assembleia Municipal avalie a proposta no seu todo.

Valerá a pena aprovar medidas que não são depois aplicadas? Como se pode agir sem conhecer a realidade?

É necessário que às propostas corresponda não só a intenção, mas a vontade efectiva de as concretizar e até hoje, nunca nos foi dada tal garantia, apesar de insistentemente nesta Assembleia colocarmos esta matéria.

Temos que saber, se é aprovar por aprovar para ficarmos de bem com as nossas consciências e de darmos aqui uma de moralização fictícia, mais vale, sejamos honestos e digamos que não temos condições para exercer isto. Na minha opinião só por mera ineficiência e ineficácia dos serviços da Câmara é que isto não é feito. Faz agora um ano, afirmámos, entre 2003 e 2010, os conimbricenses duplicaram o valor de IMI entregue ao Município (de 11,394 milhões de € para 22,262 milhões de €).

A cobrança em 2011, confirmou o sentido ascendente da cobrança deste imposto — mais 9,5% (mais 2,115 milhões de €) em relação a 2010.

O aumento constante das receitas de IMI reflecte-se na cada vez maior dependência do Município das receitas deste imposto, face ao total das suas receitas correntes — 32,62% das receitas totais de 2011.

Não é novidade. Desde o primeiro ano de cobrança do IMI que a CDU afirmou e demonstrou que esta seria a realidade.

Realidade que os sucessivos executivos ignoraram, optando por aceitar passiva e complacentemente a diminuição do seu financiamento através do Orçamento de Estado.

Tornando-se francamente inconcebível que face ao evidente crescimento exponencial dos montantes cobrados, ainda se dê credibilidade à “Proposta” apresentada pelos serviços onde se afirma que “...será prematuro efectuar alterações mais profundas às taxas de IMI, sob pena de podermos pôr em causa o equilíbrio financeiro do executivo.”

A argumentação usada para sustentar tal conclusão é, com o máximo respeito pelo seu autor, no mínimo, surreal e descuidada:

-Em primeiro lugar porque apesar da taxa dos imóveis avaliados ser inferior aos não avaliados, a verdade é que os resultados das avaliações actualizam os valores dos imóveis para 3, 4, ou 5 vezes mais do que o anterior;

-Razão que justifica, naturalmente, o aumento constante das receitas, pelo que, ao contrário do afirmado, pode-se garantir que o aumento de receitas vai continuar;

-Ainda mais se considerarmos que só foram avaliados, até agora, 28% dos imóveis no concelho de Coimbra e numa expectativa cautelosa, venham a ser avaliados mais 22% até ao fim do ano (chegando-se aos 50%, abaixo do total pretendido pelo Governo), concluiremos facilmente que podemos, em 2013, atingir valores de cobrança muito superiores aos anteriores;

-Tanto mais que as cláusulas de salvaguarda e as isenções a proprietários de baixos rendimentos existem desde a entrada em vigor do IMI, pelo que afirmar que estas reduzem expectativas de crescimento é, sendo simpático, no mínimo infeliz.

Concluindo, se com 28% dos imóveis avaliados o IMI cresceu 41% só entre 2007 e 2011, quanto crescerá se, numa perspectiva cautelosa, forem avaliados mais 22% até ao fim do ano?

Esta a questão que deveria ter sido colocada e não foi.

E não foi só para permitir que o Executivo aparente o cumprimento da promessa efectuada de redução de taxas e apresente uma pífia proposta de redução quanto à taxa dos imóveis avaliados de novo.

Esta é uma proposta descuidada, envergonhada e demonstrativa da falta de respeito da maioria do Executivo pelos trabalhadores que vivem em Coimbra e desprezo pelas brutais reduções aos seus rendimentos, impostos pelo governo e restantes apoiantes da política dos memorandos (todos, sem excepção).

Os conimbricenses têm vindo a suportar um imposto excessivo, que pode ser reduzido, contribuindo para atenuar sem grandes custos para o município, a degradação das condições de vida a que estão sujeitas as famílias e as dificuldades dos mais necessitados.

É possível ao município intervir, pela via fiscal, nesta situação.

É exequível uma alternativa que reponha níveis de tributação mais adequados à realidade económico-social.

Pela nossa parte, consideramos ser da mais elementar justiça que pela redução das taxas de IMI, se transmita sem tibiezas e de uma forma clara, um sinal solidário aos munícipes mais desfavorecidos e mais penalizados pelo agravamento das condições de vida.

Daí a apresentação destas propostas que exigimos ser votadas em alternativa à proposta do executivo.

— 0,6% para os prédios urbanos em geral e 0,30% para os prédios já sujeitos a avaliação nos termos do IMI.

Sobre a Fixação das Taxas do IMI para 2012, a liquidar e cobrar em 2013

PROPOSTA

Considerando

1 - Que o nível de tributação em IMI está perto dos valores mais elevados admitidos na lei e não ser justo manter os níveis de tributação impostos aos munícipes que têm vindo a suportar um agravamento considerável das suas condições de vida;

2 - Que o número dos imóveis com avaliação recente é crescente, contribuindo para um aumento exponencial da receita deste imposto, dando continuidade aos aumentos antes verificados;

A Assembleia Municipal de Coimbra, na sua sessão de 27 de Setembro de 2012, delibera:

3 - Nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI fixar as taxas de IMI a liquidar e cobrar em 2013 com referência ao ano de 2012 nos seguintes montantes:

Prédios urbanos: - 0,6%

Prédios urbanos avaliados

nos termos do CIMI: - 0,3 %.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Desde 2005 que a Câmara, só encontra razões e justificações para manter inalteradas as taxas do IMI em 0,4% para os prédios avaliados e 0,7% para os prédios ainda não sujeitos a avaliação. Ignora as pessoas, os munícipes, os seus problemas, as suas dificuldades.

O PS não aceita o embuste, a cosmética da redução da taxa agora proposta em 0,01% tão só para os prédios avaliados.

A receita do IMI cresce de ano para ano e já representa cerca de 33% da receita corrente. E cresceu, cresceu, cresceu.

Com a reavaliação do valor patrimonial tributário em curso, tal receita crescerá ainda mais de certeza absoluta. Ninguém tem dúvidas que a avaliação é necessariamente para mais e não para menos. Notícias hoje da imprensa local informam-nos até de um aumento desmesurado. Os municípios à volta do nosso distrito de forma generalizada também são sensíveis ao momento e apresentam a redução dessa mesma taxa.

Decidida e convictamente o PS diz a esta Assembleia Municipal e a esta Câmara; Não! Votará contra qualquer proposta da Câmara que fixe as taxas do IMI em valores superiores a 0,675% para os prédios urbanos não avaliados e de 0,375% para os prédios avaliados, embora até entenda ser justo e aceitável que tal redução deva ser ainda maior e isto não é irresponsabilidade.

Senhor Presidente da Câmara o PS já o ano passado foi susceptível, na altura estava para votar contra, mas foi susceptível ao que nos disse, e convenceu-nos nesta Assembleia, conforme consta na acta que diz, “que o programa de investimentos que está a ser executado isto seria uma irresponsabilidade trágica para com o Município de Coimbra”. O PS não quis co-responsabilizar-se nessa

responsabilidade trágica a qual a classificou e acompanhou a proposta da Câmara nela se abstendo embora não a aprovando-a.

É indispensável um sinal de esperança aos munícipes.

Mais, o PS não aceita na matéria, que, sejam tratados desigualmente, sem razão justificada e aceitável os munícipes. Todos devem pagar por igual. O PS não encontra razão válida para que a Câmara ao longo de 8 anos consecutivos venha favorecendo a taxa dos proprietários ricos da zona histórica da cidade, que pagam menos do IMI do que os proprietários mais pobres e demais famílias do concelho.

O PS não aceita isso de modo algum. Isente-se quem merece e faz obra de reabilitação urbana e não se favoreça indiscriminadamente.

Há já 8 anos consecutivos que o PS vem protestando contra este tratamento desigual da Câmara desta maioria PSD/CDS/CDU.

E não é compreensível que apesar do aumento da receita do IMI, a dívida do município, o passivo continua a aumentar.

Sabemos que o orçamento da Câmara em investimentos praticamente se resume ao orçamento de uma obra só: ao Centro de Congressos. Tudo o mais não existe!

Não pode esta Câmara procurar a todo o custo aumentar a sua receita à custa dos impostos que aplica aos seus munícipes. Vivemos em austeridade.

Não pode a Câmara viver de forma diferente como se a crise não lhe tocasse.

O IMI tapa já quase uma terça parte das despesas correntes, que para o presente ano foram orçamentadas em cerca de 80 milhões de euros. E se, se quiser paga a totalidade das despesas com o pessoal orçamentadas em cerca de 27 milhões de euros.

Esta Câmara assim alimenta-se sobretudo, essencialmente, ano após ano do esforço acrescido das famílias laboriosas, das que trabalham, se ainda tiverem emprego e que decidiram adquirir casa própria para aí viverem, na nossa cidade com recurso a empréstimo bancário, hoje tão sacrificadas com a cega austeridade imposta pelo governo da maioria representado neste Câmara.

Não se aceita esta insensibilidade social.

Já o dissemos nesta Assembleia Municipal, importa recordar, em 2004, a Câmara propôs as taxas máximas do IMI, então de 0,8% para os prédios urbanos não avaliados e 0,5% para os prédios urbanos avaliados. Nessa altura, com os votos do Partido Socialista essas taxas foram revistas e fixadas em 0,6% e 0,35% respectivamente. E nesse tempo, as dificuldades de ontem não são as dificuldades, bem maiores de hoje. A crise económica abateu-se de sobremaneira sobre as famílias que adquiriram casa própria. É austeridade e mais austeridade, impostos e mais impostos, aumentos essenciais à vida e mais aumentos, aumentos, aumentos.

Não é aceitável fazer padecer assim as pessoas, os munícipes. Haja compreensão. As pessoas já não podem mais, já não aguentam tanto.

A Câmara tem também de emagrecer, de eliminar ao que se vem chamando de gorduras dispensáveis e fazer um esforço na redução da despesa supérflua, que nada acrescenta ao bem comum, à população do concelho.

Os valores das taxas o IMI propostos pela Câmara no quadro de crise actual, de austeridade quase absoluta, são injustificáveis, ou melhor, apenas encontram justificação na incompreensível falta de sensibilidade social, perante as dificuldades das famílias portuguesas. Aquelas que trabalham, que dignamente compraram a sua habitação própria e andam a pagarem, ou pagaram já, os

respectivos empréstimos. Enfim, as famílias que com elevados sacrifícios, adquiriram casa própria.

O Partido Socialista, rejeita a proposta da Câmara Municipal, nesta parte, recomendando a apresentação de uma outra, que leve em conta as dificuldades das famílias, mais adequada à realidade económico-social e que fixe em 0,6% a taxa para os prédios urbanos não avaliados e de 0,35% a taxa para os prédios urbanos avaliados.

DERRAMA

Todos estamos de acordo que Coimbra apresenta um enorme défice de desenvolvimento do tecido industrial disponível no concelho. Industrias que não se instalam no concelho, pequenas e médias empresas que anos após ano vão encerrando. Desemprego! Famílias desesperadas.

À Câmara impõe-se uma política de incentivo ao crescimento.

A Câmara deverá dar um sinal às dificuldades económicas das empresas que laboram no concelho, um sinal também de preocupação com o crescente desemprego. Teremos de atrair o empreendedorismo sobretudo dos jovens e são tantos na nossa Cidade.

Este sinal, bem pode ser conseguido e transmitido, baixando, embora em termos pouco significativos os valores da taxa da derrama. E isto como é sabido tem pouco impacto na receita do Município.

Os deputados do PS, acompanha por isso a proposta formulada pelos seus vereadores no executivo de *“induzir um real estímulo à economia no nosso concelho, dando sinais próprios que possam gerar melhor expectativas aos agentes económicos propondo-se aplicação da taxa reduzida de 1%”*.

A proposta da Câmara, insensível, não vai ao encontro destas preocupações e daí o PS irá votar contra as taxas para a derrama aprovadas pelo executivo.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“As minhas palavras vão para o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, porque, de facto, também, contribuiu para me retirar algum peso de que eu sentia nesta ansiedade social e política toma conta de todos nós.

É uma boa notícia a sua decisão em mater como desígnio desta região que as “Águas de Coimbra” permaneçam sobre a jurisdição da Câmara Municipal de Coimbra. Obrigado por ter tomado essa opção estratégica.

Quero dizer com toda a franqueza que, aquelas intervenções que me antecederam, não estão muito longe delas. Todos nós estamos a viver um período muito difícil, é um período em que existe um enorme desemprego, mas, depois quando nós olhamos para aquilo que aí vem, em especial as pessoas responsáveis, e que percebem os efeitos que é uma dívida pública, que já começa a ultrapassar e que há muita aliás, já ultrapassou os limites do tolerável. Nós sabemos que os tempos que aí vem não irão ser fáceis. As pessoas irão sofrer as consequências das políticas, que em muitos anos em que não se olhou para o princípio da equidade geracional, olhou-se para o momento e olhou-se acima de tudo para o ego de muitos políticos que colocaram o País desta situação.

Mas senhores deputados, as propostas que a Câmara Municipal aqui nos trás, evidentemente quando dizem que as taxas em relação ao imposto municipal sobre imóveis, que podem ser um pouco exageradas ou não. Eu também concordo que os portugueses chegaram a um ponto em que saturaram. O tecido social não aguenta

mais impostos, não aguenta é muito difícil, alias até nem sei, se, o processo de aumento de impostos irá levar eventualmente algum acréscimo de receita fiscal, tenho algumas dúvidas sobre essa matéria.

Mas, por outro lado, nós temos consciência de que o Executivo desta Câmara Municipal, está a actuar sobre o princípio da responsabilidade. Sabemos que, já na sequência do Orçamento Geral do Estado, que vigora para este ano as taxas relativamente ao imposto municipal sobre imóveis foram aumentadas, todos sabem que relativamente aos prédios urbanos, a taxa de 0,4 passou para 0,5, e relativamente a taxa de 0,7 passou para 0,8 e em relação aos prédios urbanos avaliados passou de 0,2 para 0,3 e a taxa 0,4 passou para 0,5. Esta Câmara Municipal propõe uma situação intermédia. O que significa na prática que não existe aumento de impostos o que de alguma forma, já é bom para os munícipes. Por outro lado, fruto desta situação de instabilidade que tomou conta do País, é claro que nós estamos preocupados em relação aquilo que vai ser a transferência da Administração Central em sede de subvenções no âmbito do fundo financeiro e no âmbito do fundo social municipal.

Estamos convencidos que, essas subvenções irão ser, porventura, reduzidas.

Nós não quereríamos, os senhores não vão querer ninguém vai querer ter que recorrer como muitos municípios de Portugal já o estão a fazer ao programa de apoio à economia local. Porque nós não pretendemos entrar, neste momento, em nenhum desequilíbrio estrutural. Porque se eventualmente se entrarmos numa situação destas podem ter a certeza que é aquilo que refere a lei que as taxas, independentemente das decisões desta Assembleia, teriam de ser aplicadas em relação aos limites máximos, isso nós não pretendemos.

Em relação à derrama é claro que, sabemos que o tecido empresarial neste concelho e nos outros está muito debilitado, e concerteza será uma situação que irá coincidir em muitos dos casos com a inexistência de matéria colectável.

A Câmara Municipal fez as suas contas, evidentemente que não pudemos de passar de 8 para o 80, percebemos que está a fazer os possíveis.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra o nosso voto naturalmente vai para a proposta do Executivo.

Mas quero dizer com toda a franqueza, como munícipe não só como deputado mas como responsável por uma família, como pessoa que falo todos os dias com os vizinhos, com os amigos com os cidadãos que me cruzo na rua. Todas elas de alguma forma têm um défice de esperança em relação ao presente.

Espero que este país consiga passar este difícil momento que nos está a limitar e a constranger.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deixo-lhe este voto nas suas mãos!"

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"A minha intervenção é sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Segundo a informação que tenho aqui na minha frente, os direitos e encargos relativamente à implementação de passagem e atravessamento de sistemas de redes e de serviços de telecomunicações, estão sujeitos a uma taxa municipal. Essa taxa pode ir até, a 0,25%, é o máximo.

Como sabemos está tudo a subir, sobe a energia, sobe a água, sobe o gás, tudo a subir e sobe também efectivamente a taxa de passagem.

Porque é que, como foi dito já aqui, esta taxa de direito de passagem tem de ser debitada efectivamente às empresas que utilizam este subsolo.

Empresas essas quais são:

EDP, com lucros fabulosos ao fim do ano;

Portugal Telecom com lucros fabulosos também ao fim do ano;

Gás, com lucro ao fim do ano;

Águas e Saneamento ainda bem que tenham lucros ao fim do ano, é uma Empresa Municipal.

Mas estas empresas nacionais que tem tantos lucros porque é que há-de ser o consumidor final a pagar esta taxa?

Se nós formos ver efectivamente desde 2005 até 2012 o valor anual desta taxa para a Câmara são cerca de 50 mil euros, 24 mil nos anos anteriores, 45 mil no ano anterior, porque esta taxa tem que ser imputada efectivamente aos munícipes?

As empresas poderiam e deveriam aguentar e assumir esta taxa!

Deixo esta proposta ao Presidente da Câmara. A Câmara não deixar de receber esta taxa mas que as empresas não a debitem efectivamente ao consumidor final.”

Intervenção do Presidente de Câmara

“Queria só dar três notas breves:

Primeiro, foi aqui questionado explicitamente se a Câmara tem vindo ou não a fazer uso da faculdade que tem de agravar o IMI nos casos dos prédios devolutos, incumprimentos de obras etc.

De facto, é uma falha, deveria constar da informação, tenho esses números comigo. De 2008 a 2011, anda anualmente entre os 90 e 100 casos. Ou seja, acontece de facto. Em 2008 eram 60, no ano passado foram 80, tem vindo a crescer ligeiramente.

Isto nos agravamentos, quando as pessoas ou não fazem as obras quando são determinadas. Ou são notificadas pelo facto de os prédios estarem devolutos, vazios. Isso está nas regras que aqui aprovamos nos outros anos e que tem vindo a ser, efectivamente posto em prática.

Naturalmente salvaguardando todos os direitos que as pessoas têm a defender-se.

Já o disse há alguns anos quando estava como deputado, mas gostava de voltar a lembrar.

Não foi a Câmara Municipal de Coimbra nem nenhuma Câmara em particular que produziu a Lei das Finanças Locais que nós temos. Ela existe, as bases da lei actual já vêm de há muito tempo, mas começou haver mudanças significativas, sobretudo a partir de 2002. A Lei das Finanças Locais, umas das alterações significativas trouxe nos últimos 10 anos, é que, em Municípios como Coimbra, o Estado dá por ano, dá cada vez menos dinheiro e obriga a que seja cada Município, a ir buscar o dinheiro que precisa, ao bolso dos seus contribuintes. Eu acho contrariamente se calhar a alguns que aqui estão, eu acho que esse é um bom caminho. É um bom caminho, porque é responsabilizam os decisores públicos municipais, que terem que cobrar eles próprios os impostos aos seus munícipes, são obrigados a prestar contas de uma maneira muito mais rigorosa.

A Lei é que diz que no fundo que é assim que tem que ser.

Para terem uma ideia por exemplo:

De 2006 para cá, só o Fundo de Equilíbrio Financeiro que é, aquela bolsa que o Estado atribui ao Município, para efeitos de capital para fazer obras, baixou praticamente 6 milhões de euros.

O total dos impostos, o IMI mais o IMT e a Derrama os chamados impostos directos, este total de impostos, subiu cerca de 6 milhões de euros também. Compensando o abaixamento, do dinheiro que vem do Estado, para efeito de Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital.

Não tem havido uma desproporcionada subida, há um imposto que sobe, outros que se reduzem e o total da carga fiscal sobre o Município, não tem vindo a aumentar tanto como se diz.

Mas agora com as avaliações isso pode acontecer! Pode, mas também conheço casos de pessoas que compraram casa há-de menos anos que vão pagar menos IMI para o ano do que pagava no passado. E bem, eram as pessoas que compraram as casas mais pequenas por exemplo os casais mais jovens que estavam a pagar a maior parte do IMI. Ao passo que os outros, aqueles que tem boas casas há mais anos praticamente não pagavam. Isso não era justo, e deve ser corrigido e é isso que está a acontecer.

Dizer que vai subir generalizadamente, isso não é verdade! Sobe para uns, desce efectivamente para outros.

Vou retomar uma coisa que já disse. Há, na Lei, e bem, uma protecção dos contribuintes contra subidas excessivas, essa protecção dura 2 anos. Ninguém de repente vai pagar o dobro do IMI para o ano! Isso não vai acontecer, porque nos próximos 2 anos, a subida máxima é de 75€, porque a lei o limitou exactamente para impedir que isso aconteça. Por isso, não vai acontecer, agora daqui a 1 ano, teremos as novas avaliações todas feitas, aí sim pela primeira vez na vida deste Município que me lembro, teremos condições para saber com exactidão quanto pagam cada um dos munícipes de Coimbra e se de facto vão pagar mais ou se vão pagar menos.

Nessa altura, com esses dados na mão que nenhum município neste momento tem nem nós, nessa altura teremos o dever e eu assumo aqui esse dever de corrigir de novo para baixo a taxa do IMI, se, se verificar ou se for verdade que este medos que todos temos, porque nenhum de nós sabe exactamente o que vai acontecer, porque nós não temos os dados das Finanças, se isto ocorresse, se as avaliações subissem de facto muito, estamos muito a tempo para o ano e daqui a 2 anos fazer novamente as reduções de IMI sem que haja o tal disparar do imposto que alguns aqui falaram, e que não é verdade.

Acho que a única opção responsável, é dizer que o caminho é este, é baixar o IMI, gostava de voltar aqui a repetir, este é o caminho para o futuro, não é para este ano, é o caminho que vamos ter que prosseguir, mas com responsabilidade, eu diria certamente daqui a 1 ano, todos estaremos em condições de saber o que é que efectivamente cada munícipe paga e se de facto subiu ou desceu o imposto.

Porque neste momento é especulação, dizer que isso vai acontecer.

Acho, que esta proposta me parece ser realista, mostra o caminho que vamos seguir, mas que não entra em loucuras.

Há dias vi uma notícia no jornal não a segui muito de perto, aqui ao lado o Município da Figueira da Foz, a proposta que tinha era de subir o imposto de 0,4 para 0,5 aproveitando a faculdade que a lei dá de subir até 0,5. Nós aqui não vamos subir.

Convidava todos os presentes, nos próximos dias ou nas próximas semanas a estarem atentos ao que vai acontecer em maior parte dos Municípios Portugueses, muitos deles vão ter que subir as taxas para 0,5%.

Atrevia-me a dizer, que não há mais que uma dúzia de municípios a conseguir no próximo ano a baixar a taxa. É pouco, é certo, mas somos dos poucos a conseguir fazê-lo, e se somos dos poucos que vamos consegui-lo fazê-lo é porque temos conseguido gerir a Câmara com muito esforço e muito rigor.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Isto são questões fundamentais para muita gente, e quem conhece a realidade, quem não anda só, a avaliar as coisas de uma forma teórica, quem conhece a realidade e sabe bem as dificuldades que muitas gente está a passar, neste momento com os resultados desta avaliações, é que poderá ter esta insensibilidade.

O que estamos aqui a falar é de números senhor Presidente e é dos números que a Câmara aqui nos trouxe.

De 2007 a 2011, a receita global de IMI subiu 41%. Se em 4 anos sobe 41% de algum lado terá vindo, “não foi pela graça do divino espírito santo” que cresceram as receitas, foi em resultado das avaliações, como é óbvio, porque a única oscilação que existe são as novas avaliações, ou seja, quer isto dizer, que este acréscimo tendo em consideração que há uma quebra notória na compra de habitações, e que essas mesmas novas habitações estão isentas pelo um período de 6 anos, creio que é agora o período máximo que se pode pedir a isenção de IMI. O que nós estamos a verificar que desde 2007 a 2011, estes 41% de aumento da receita, só podem vir dos prédios avaliados, das novas avaliações. Quer isto dizer, porque o que é aqui trazido, para que seja credível as propostas da Câmara é desmentir que este aumento brutal, de 2007 a 2011 de 41% e de 2003 a 2011 mais de 120%, são números que vêm publicados nos orçamentos todos os anos. Ou estão falsos ou estão enganados. Basta fazer contas, 120% desde 2003. Estamos a falar de 8 anos, para 28% dos prédios avaliados.

Se por ventura com este impacto de cento e tal por cento de aumento tendo em conta que a minoração, não é uma minoração de agora, é uma minoração que vem do início do IMI, foi em 2004 um valor máximo de 60€, em 2005 o máximo 70€ até que atingiu em 2011 porque é que agora aparece agora 2012/2013, em 2010, 120€ e em 2011 165€ e porquê, porque não se completou o desidrato de já estar completado toda a avaliação.

Mas diz a Câmara e bem, “dado o importante para que nós possamos analisar é que há um conjunto de prédios avaliados no concelho de Coimbra, cerca de 28%,” mostra-nos a Câmara e bem, que o acréscimo do IMI no mínimo e para não irmos mais a trás, só com os dados que temos na mão entre 2007 e 2011, cresceu 41%.

Há aqui uma proposta de todas as bancadas da oposição, como proposta única de recomendação ao Município, da uma descida de taxas proposta de 0,3 para os imóveis a avaliar nos termos do CIMI e 0,6% para os imóveis não avaliados.

Uma proposta única das três bancadas”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente digo-lhe com toda a franqueza que o partido Socialista quer suscetibilizar V. Exa. do que vamos dizer.

É que na matéria que nós estamos aqui a falar, não se trata de 2 mais 2, vezes uma determinada taxa, dá esta receita para o município. Não é bem assim.

Estou convencido que um munícipe que não possa pagar 10 mas que possa pagar 9, não vai pagar 10 e como não paga 10 o município não arrecada a receita neste ano e o desgraçado do munícipe, vai pagar coercivamente não para o ano que vem mas daqui a mais 2, 3 ou 4 anos.

Recordo o senhor Presidente, o problema que o Governo sentiu a necessidade de agravar a taxa do IVA. Como é sabido a receita diminuiu e diminui substancialmente, é uma questão de feeling na gestão.

E é nesse feeling que o Partido Socialista apela à compreensão do Município, nem que tenhamos que adiar isto, as pessoas não podem, temos que ter compreensão com isto, estou convencido que dando um sinal uma compreensão, se todos nós nos metermos neste momento no barco talvez os munícipes compreendam e vão pagar o IMI, que de outra maneira podem deixar de o fazer

Porque os munícipes podem vir a não pagar e a receita que o Município poderia ter é bem menor daquela que era espectável.”

Intervenção do Presidente de Câmara

“Concordo com o senhor deputado que acabou de fazer a sua intervenção, dizer que é preciso dar um sinal. É isso que está aqui. Talvez seja bom lembrar, se qualquer Câmara Municipal, retira dinheiro do bolso dos contribuintes e daqueles que vivem no município, todos o fazem. Depois repõem-no, ele não fica aqui guardado num cofre, e repõem-no como: fazendo obras, ajudando as freguesias a fazer obras, ajudando as associações desportivas, culturais, a sobreviver neste tempo catastrófico. A Câmara vai fazendo, ao fazê-lo está a repor dinheiro com ganhos de eficiência na sociedade, como é evidente e é isso que lhe compete fazer.

Uma Câmara Municipal é o motor principal e fundamental do desenvolvimento local e tem que ter meios para poder continuar a ser.

Repito a proposta contem um sinal que é sinal que os impostos em geral devem baixar e que ao mesmo tempo não põe em risco, já estamos a falar dum rebaixamento potencial de receita, se baixasse mos a taxa este ano que estamos a propor em relação à base tributária deste ano havia 700 mil euros a menos, isso é um valor muito significativo nas contas do município do tamanho de Coimbra, é bom que se perceba isto.

Evidentemente que esta é a única taxa, ou a única solução que me parece razoável, para não deixar de dar esse sinal às pessoas mas sem por em risco a capacidade operacional do município. Naturalmente os senhores deputados municipais melhor do que eu julgaram.”

O Presidente da Assembleia colocou em primeiro a proposta da Câmara:

A Assembleia deliberou, por maioria (28 votos a favor, 19 votos contra e 2 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de setembro, o seguinte:

-Manter, para o ano de 2012, em 0,7% a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos não avaliados e baixar de 0,4% para 0,39% a taxa para os prédios urbanos avaliados nos termos do nº 1 alíneas b) e c) do CIMI;

- Majorar para o triplo a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos que se encontrem devolutos, nos termos do nº 3 do artigo 112º do CIMI;
 - Minorar em 10% as taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis aplicáveis às áreas territoriais correspondentes às Freguesias de S. Bartolomeu, Almedina e outras, cujos centros históricos venham a ser definidos até 31-12-2012, nos termos do nº 6 do artigo 112º do CIMI;
 - Minorar em 10% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos arrendados em toda a área do Município, não acumulável com a atribuída no ponto anterior da presente deliberação, nos termos do nº 7 do artigo 112º do CIMI;
 - Majorar em 20% as Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis para os prédios urbanos degradados cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários, nos termos do nº 8 do artigo 112º do CIMI;
- Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação a proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, atrás transcrita:
A proposta foi reprovada com 16 votos a favor, 28 votos contra e 1 abstenções.

Declaração de voto de Serafim Duarte

“Esta Assembleia tem sido fértil em momentos surreais, e este é um dos momentos surreais.

Acabei de ouvir o senhor Presidente da Câmara dizer que sim, que tem feito a explicar a taxa de majoração, só posso explicar isto uma certa precipitação dos deputados que votaram contra sem saberem o que estão a votar ...

Os senhores da bancada do executivo da Câmara votaram contra que a Câmara proceda àquilo que está obrigada a fazer que é o levantamento e identificação dos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, bem como dos prédios que se encontrem em ruínas, para efeitos de eventual aplicação do artigo 112º, nº 3 do Código de IMI.

Registo para concluir que a bancada do PSD não quer aplicar as taxas de majoração que ela própria aprovou na proposta da Câmara isto é surreal.”

Ponto 3 - Derrama do ano de 2011 a liquidar e cobrar em 2013:

Posto à votação a Assembleia deliberou, por maioria (35 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de setembro, aprovar as seguintes taxas de derrama a fixar para o ano fiscal de 2012 e a liquidar e cobrar em 2013, nos termos do art. 14º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro:

- a) taxa normal - 1,5%
- b) taxa reduzida - 1,2% (para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse €150 000)

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2013:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“A minha intervenção é sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Segundo a informação que tenho aqui na minha frente, os direitos e encargos relativamente à implementação de passagem e atravessamento de sistemas de redes e de serviços de telecomunicações, estão sujeitos a uma taxa municipal. Essa taxa pode ir até, a 0,25%, é o máximo.

Como sabemos está tudo a subir, sobe a energia, sobe a água, sobe o gás, tudo a subir e sobe também efectivamente a taxa de passagem.

Porque é que, como foi dito já aqui, esta taxa de direito de passagem tem de ser debitada efectivamente às empresas que utilizam este subsolo.

Empresas essas quais são:

EDP, com lucros fabulosos ao fim do ano;

Portugal Telecom com lucros fabulosos também ao fim do ano;

Gás, com lucro ao fim do ano;

Águas e Saneamento ainda bem que tenham lucros ao fim do ano, é uma Empresa Municipal.

Posto à votação a Assembleia deliberou, por maioria (35 votos a favor e 7 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de setembro, aplicar, para o ano de 2013, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no percentual de 0,25% através das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro e tendo em consideração as disposições do Regulamento n.º 38/2004 de 29 de Setembro e o artigo 152.º do RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra;

Disponibilizar às referidas empresas a tabela de conversão entre números de código postal e áreas do Município de Coimbra (a fornecer pelos CTT) nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento n.º 38/2004 de 29 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - Contratação de serviços de seguros – alteração:

Para o processo acima referenciado a Assembleia deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 27 de agosto último, autorizar a Câmara Municipal a proceder, ao abrigo do disposto no art. 6º, n.º 1 al. c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do contrato a celebrar com a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, com os seguintes valores:

- Ano 2012 – até € 105.000,00

- Ano 2013 – até € 315.000,00

- Ano 2014 – até € 360.000,00

- Ano 2015 – até € 315.000,00

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - Serviços de acesso à Internet, circuitos de comunicação entre edifícios municipais e serviços de comunicação e segurança:

Relativamente ao processo mencionado em epigrafe a Assembleia deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 6 de agosto último, autorizar a Câmara Municipal a proceder a abertura de um concurso público (com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia) para a contratação de serviços de acesso à internet, integrando igualmente circuitos de comunicação entre edifícios municipais

e serviços de comunicação e segurança, ao abrigo do disposto no art. 22º n.ºs 1 e 6 do DL 197/99 de 8 de junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do art. 6º n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, os seguintes:

2012 - € 25.500,00 acrescido de IVA

2013 - € 76.500,00 acrescido de IVA

2014 - € 102.000,00 acrescido de IVA

2015 - € 102.000,00 acrescido de IVA

2016 - € 34.000,00 acrescido de IVA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Ponto 7 - Aquisição de serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC - repartição de encargos:

Para este processo, a Assembleia, deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de setembro, autorizar a repartição de encargos, que a seguir se indica, para o serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão para as instalações dos SMTUC, pelo valor total global de €160.164,10 e nas demais condições constantes das peças do procedimento e da proposta:

-em 2012 - €26.694,02 (acrescido de IVA)

-em 2013 - €133.470,08 (acrescido de IVA)

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 8 - Compromissos plurianuais com aquisição de bens e serviços - tomar conhecimento:

A Assembleia tomou conhecimento dos Compromissos plurianuais com aquisição de bens e serviço.

Este processo, dada a sua extensão fica a penso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 9 - Relatório semestral do Revisor Oficial de Contas:

A Assembleia tomou conhecimento do Relatório semestral do Revisor Oficial de Contas.

Ponto 10 - Imóvel sito na rua Dias Ferreira, nº47 - isenção de IMI:

Relativamente a este processo, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal datada de 10 de outubro de 2011, relativo à isenção de IMI do imóvel sito na Rua Dias Ferreira, nº 47 - 1º andar.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 11 - Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra - 1ª alteração:

Para o processo mencionado em epígrafe a Assembleia deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 10 de setembro último, aprovar a 1ª alteração ao Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 - Revisão ao Regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra:

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Relativamente a este ponto o Partido Socialista queria dizer o seguinte:

Relativamente à revisão do regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra, penso que este documento está bem elaborado, foi visto pela Entidade Reguladora dos serviços de Águas e Resíduos e foram acatadas pelas “Águas de Coimbra” na generalidade as sugestões desta entidade reguladora.

Existem dois pormenores que deveriam ser atentos.

Deveria ser incluída neste regulamento a bem da verdade e da transparência das situações e falo concretamente do artigo 86.3 na pág. 81 do regulamento que as águas residuais e industriais ou similares só serão admitidas nos colectores

O Partido Socialista gostava de saber onde está definido no presente regulamento o que são similares. O que querem dizer com os similares? Quem define os similares? É um técnico de define caso a caso, ou quem é que define.

Um regulamento deste género é um regulamento que deveria esta situação ficar perfeitamente definida, como nós sabemos existem problemas já na barra do Tribunal relativamente a esta situação.

Por isso um regulamento que está a ser aqui organizado de novo, deveria na nossa opinião estar perfeitamente definido o que é os similares.

Segundo informações recolhidas a que diz respeito a pedidos para o efeito das descargas, o que está ligado a esta questão de águas residuais, industriais e similares, são os seguintes, temos alguns dados.

No mandato anterior, foram emitidas 20 autorizações de descarga até final desse mandato foi realizado um levantamento cerca de duas mil empresas, e instituições com necessidade de pedir essa autorização de descarga.

No final do ano de 2009, isto no final do mandato do ano anterior foram emitidas 300 cartas a empresas e a instituições, para que as mesmas efectuassem o referido pedido.

Este ano relativamente no 1º trimestre, fomos informados que desde 2010 apenas tinham sido emitidas sete novas autorizações.

Por exemplo, as cantinas de refeitórios das escolas da responsabilidade desta Câmara já estão equipadas, com separadores de gordura? Já estão autorizadas.

As próprias “Águas de Coimbra” têm separadores de gorduras, no seu refeitório, e separador de hidro carbonetos na zona de lavagem e manutenção das suas viaturas? Se não tem qual é a moralidade para exigir a outras empresas e instituições.

Sugere o PS, é uma sugestão que, deve ser incluído nesta área estou a referir-me inclusivamente a estes pontos similares deve ser incluída a definição similares e quem define os mesmos. Isto como disse em nome da transparência e que não hajam favorecimentos a empresas, como é sabido essa autorização tem encargos financeiros para as mesmas e aquelas que não foram contactadas para solicitar a devida autorização vão funcionando sem esses encargos.

Não pode haver no nosso concelho empresas de primeira e empresas de segunda.

Por isso a nossa sugestão é que incluam estes pontos neste regulamento que na nossa opinião está quase perfeito, excepto neste ponto.

Achamos também que a nota justificativa desta alteração a este regulamento não deveria ser tão sintética.

O PS vai votar favoravelmente este documento.

Por isso, espero que esta recomendação dos similares seja anotada.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“Só queria chamar a atenção, para não ser a apresentação de um regulamento, sem apresentação de critérios, aquela nota explicativa de facto é tão sucinta, tão suscita, que acho que é mau.

Quem se deu ao trabalho de analisar, de facto, o regulamento teve de fazer o seguinte:

Ler o regulamento anterior, que são oitenta e tal páginas, ler o regulamento que nos deram em Março, que foi retirado da votação e depois ler o regulamento que agendaram. Era bom, que quem fez o regulamento explicasse o porquê, o que é que alterou do regulamento anterior e porque é que em Março retiraram um regulamento.

Não estou contra o regulamento, mas isto, era por uma transparência, para ser clarificada. Porque em Março foi retirado e que alterações fez para o de agora? Porque a maioria das pessoas nem sequer leu o regulamento para saber quais as alterações que foram.

Era muito mais claro, se quem o fez e apresentasse com clareza as razões das alterações, porque é que propuseram as que alterações fizeram.

A CDU vai votar a favor do regulamento não há questão nenhuma para votar contra, mas acho que é uma questão para o bom funcionamento destas coisas.

Outro assunto, as explicações que foram dadas ao munícipe que pediu para entrevir antes da ordem de trabalho, eu corroboro com as preocupações dele, eu também não entendo o que é aquela tarifa, percebo a explicação técnica, mas não entendo, porque há municípios que não tem aquela tarifa. Não é obrigação pela lei o exigir, porque se a lei se fez para uns é para ser aplicada a todos os municípios.

Não queiram tirar areia para os olhos.”

Posto o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de setembro, aprovar a Revisão ao Regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra, passando o mesmo a ter a redação a qual faz parte integrante desta ata.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

O parecer da ERSAR, dada a sua extensão fica a penso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 13 - Estatuto do Pessoal Dirigente na Administração Local - Lei nº49/2012, de 29 de agosto - Despesas de Representação:

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara datada de 17 de setembro último, autorizar a Câmara Municipal na atribuição/manutenção das despesas de representação aos titulares dos cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º grau, à semelhança do que acontece na Administração Central, nos termos previstos no artigo 24º da Lei nº49/2012, de 29 de agosto, devendo a referida autorização ser extensiva aos titulares dos cargos dirigentes dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e reportar os seus efeitos à entrada em vigor da Lei em referência.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 14 - Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas – alteração:

Relativamente a este processo a Assembleia deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 17 de setembro, aprovar a alteração ao Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas visando a prorrogação da data limite para entrega de trabalho, inicialmente prevista para 30 de setembro, até 15 de outubro, de acordo com a sugestão do júri.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 15 - Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços Municipais – retificação:

Para o processo mencionado em epígrafe, foi deliberado, por maioria (43 votos a favor e 2 abstenções), e sob proposta da Câmara datada de 17 de setembro, aprovar as correções ao Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais nos seguintes termos:

No Capítulo I, artigo 1º, nº9, alínea d) da Tabela de Taxas

- Onde se lê “As taxas previstas nos pontos 2.1. e 2.2. são reduzidas a um quarto quando se trate de ...” deve ler-se “As taxas previstas nas alíneas a) e b) são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira”.

Ata nº 73, de 17/09/2012, pág. 30

- Eliminar os números 6 e 7 do artigo 14º da Tabela de Preços respeitantes à utilização de salas na Casa da

Cultura e salas na Casa da Escrita.

- O artigo 56º da Tabela de Taxas passará a ter uma nova redação, pelo que onde se lê “Ingresso nos espaços museológicos” deve passar a ler-se “Ingresso e utilização de espaços museológicos e culturais”.

- Acrescentar os números 5 e 6 ao artigo 56º da Tabela de Taxas com a seguinte redação:

5. Salas da Casa da Cultura por hora ou fração – 35,00€

6. Salas da Casa da Escrita por hora ou fração – 35,00€

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 16 - Congresso Extraordinário da ANMP

Tendo em vista representar respectivamente a Assembleia Municipal de Coimbra e as Juntas de Freguesia do Município no XX Congresso Extraordinário da Associação Nacional Municípios Portugueses, a realizar no dia 29 de Setembro, em Santarém, foi deliberado, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos inscrever o Sr. José Augusto Gomes da Silva Simão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, em representação das Juntas de Freguesia do Município e o Sr. Francisco Figueiredo Andrade em representação da Assembleia Municipal de Coimbra.

Do mesmo modo foi deliberado autorizar as despesas inerentes à presença dos 2 autarcas no referido Congresso.

E sendo 20 horas o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.